



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

TRANSCRIÇÃO DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2022

Em 27 de maio de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI), do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência, realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Participaram o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da Semad e os seguintes conselheiros titulares e suplentes. Representantes do Poder Público: Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Joana Moraes Rebelo Horta Lopes, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); André de Lima Andrade, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da Sociedade Civil: Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Mariana de Paula e Souza Renan, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José Ângelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Tobias Tiago Pinto Vieira, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). Constatado o quórum regimental o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão cumprimenta a todos e declara aberta a 87ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias, CMI, do Conselho de Política Ambiental do Copam, do dia 27 de maio de 2022, às 9:12h. **Assuntos em pauta.**

1) Execução do Hino Nacional Brasileiro. Convido a todos para a execução solene do Hino Nacional Brasileiro. **2. Abertura pelo Presidente da Câmara de Atividades Minerárias (CMI).** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais uma vez bom dia a todos, que Deus abençoe a nossa reunião. Nesse momento, vamos passar 2 (dois) vídeos institucionais, sobre a gestão da fauna doméstica no estado de Minas Gerais. [***Exibição dos Vídeos***]”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vou convidar o conselheiro suplente Pedro Tavares Lima, que é presidente da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca – Promutuca, para participar da nossa reunião, considerando o artigo 38 do nosso Regimento Interno, o qual prevê a possibilidade de o presidente da sessão convidar pessoas não inscritas, para manifestar sem direito a voto. O Pedro também é conselheiro suplente, representante da Promutuca, mas considerando que o conselheiro Tobias está presente, representando a Promutuca, eu vou convidá-lo a participar desta reunião. Com essas considerações, eu dou sequência a pauta”. Item **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Conselheira Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho (Segov): “Eu vou pedir licença para ler, pois o que eu tenho para falar é bastante coisa e não quero correr o risco de esquecer nenhum ponto. ‘É aqui recorrente a alegação de que o Poder Público não deve fazer isso ou aquilo, não deveria pautar esse ou aquele processo, em razão disso e por se tratar de um colegiado técnico (vou insistir na tecnicidade), resolvi trazer algumas elucidações de ordem jurídica. Um dos princípios da Administração Pública é o da Legalidade e, diversamente de como este preceito rege as relações particulares, deve o agente público agir estritamente dentro dos preceitos legais. Enquanto ao particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, à Administração Pública só é permitido agir quando autorizada pela lei e dentro dos limites desta. Não é à toa que se chama Executivo. Especificamente quanto à licença ambiental, quando o EIA/RIMA se mostra favorável, trago à baila lição de José dos Santos Carvalho Filho, em seu Manual de Direito Administrativo: Três são os aspectos de relevo que devem ser

examinados em relação à licença. O primeiro deles é a sua natureza. Trata-se de ato vinculado, porque o agente não possui qualquer liberdade quanto à avaliação de sua conduta. Se o interessado preenche os requisitos legais para a concessão da licença, tem ele o direito a obtê-la, e, se houver denegação, admissível será até mesmo mandado de segurança para superar o abuso'. (...) Abro parênteses aqui para destacar o termo abuso para se caracterizar a negativa. Retomando à doutrina: 'Por fim, deve ser realçado que o direito subjetivo do indivíduo à atividade que pretende desempenhar não se confunde com desempenho em si. O direito preexiste à licença, mas o desempenho da atividade somente se legitima se o Poder Público exprimir o seu consentimento pela licença. Por essa razão é que deve o ato ter natureza declaratória, como assinala Maria Sylvia Di Pietro, com precisão'. O segundo aspecto não fora maliciosamente deixado de lado por mim não, é que é o mais óbvio deles que diz ser a licença dependente de provocação pelo interessado. Sendo ele que inicia o processo para sua obtenção, mas não é essa a razão pela qual eu trouxe os ensinamentos desse jurista, mas sim para buscar elucidar àqueles leigos que a licença não se trata de ato discricionário. Ou seja, a atuação do Poder Público é objetiva. Nós, como representantes de um conselho do executivo, devemos nos atentar se todos os critérios técnicos e legais foram respeitados. Se positivo, nós devemos nos posicionar pelo deferimento do pleito. Atuação contrária seria o mesmo que considerar que a técnica, a ciência e leis vigentes são inexistentes. Leis que seguiram o devido rito na Assembleia Legislativa, composta por aqueles democraticamente eleitos. Se se dirige a insatisfação ao ordenamento jurídico vigente, a dedicação e presença em peso da sociedade civil deve ser dirigida a outro espaço que não este aqui. Mesmo que tenha o COPAM competência normativa para emissão de regulamentos, esses não inovam o ordenamento jurídico, sendo meras complementações. Por isso que, em reuniões passadas, já me manifestei no sentido de que temos que ser, além de respeitosos e prudentes ao nos comunicarmos, sábios, escolhendo corretamente para onde direcionar cada pleito. Repito, não chamamos Executivo à toa, atendemos ao posto na lei, se não concordam com o que está na lei, temos aí a Casa Legislativa com os representantes por vocês eleitos. Ademais, como disse na penúltima reunião, diferente do que parece-me defender alguns espertos no tema, são múltiplos e diversos os momentos nos quais é possível a participação social no processo de licença ambiental; não sendo este aqui o último, muito menos o primeiro. Tampouco foi o primeiro momento de discussão do processo de licenciamento na Serra do Curral, iniciado em 2014. Importante, ainda, lembrar que a PEC do tombamento (67/21) está parada na Assembleia desde setembro do ano passado e, desculpem-me se me falha a memória, mas não lembro de tamanho engajamento para cobrar a tramitação da mesma. Sempre defendi, e seguirei defendendo, o caráter científico dos debates aqui ocorridos. O COPAM é um órgão colegiado, que tem suas reuniões publicizadas, isso não se confunde com o instituto da audiência pública. Os debates aqui travados são técnicos. Nossas discussões, principalmente agora com a transmissão pelo YouTube, são capazes de influenciar aqueles que nos assistem, principalmente a comunidade local, o que me parece não ser levado em consideração por muitos. Não nos cabe aqui, aterrorizar as pessoas com debates muitas vezes sensacionalistas e sentimentalistas. Nos cabe aqui, tratar o assunto de forma jurídica, moral e técnica. O presente tema, após as tragédias ocorridas em Mariana e Brumadinho, passou a ter particular relevância; o que possui vieses extremamente positivos. Por outro lado, exige, daqueles capazes de influenciar as pessoas, principalmente alguns representantes da sociedade civil e professores, maior responsabilidade e ética ao discorrer sobre o tema. A estratégia de alguns me parece resultar muito mais em um amedrontamento sem embasamento técnico e legal do que na conscientização metodológica da comunidade sobre o projeto. E isso é extremamente negativo. A exemplo disso, temos matéria veiculada em um jornal de grande circulação na qual se alega, em relação ao empreendimento Minerário na Serra do Curral, que 'o risco hídrico está relacionado ao fato de uma barragem de rejeito seco estar localizada acima de uma adutora da COPASA.'. Para um atuante na área, deveria ser óbvio que a estrutura de disposição de rejeito a seco não é nomeada nem se equipara a uma barragem. É uma pilha. A utilização de termos tecnicamente equivocados é capaz de gerar um apavoramento inoportuno. Em uma outra reportagem, dizem que a licença fora aprovada com condicionantes, tendo sido feito contato com a Semad para informar quais eram estas, mas não haviam recebido retorno. Ora, o parecer é público, disponibilizado com antecedência. Digo mais, todo o processo é público. Há o interesse em veicular que a Semad supostamente não haveria respondido, mas não se nota o mesmo interesse na hora de realizar a pesquisa que sustentará toda a reportagem publicada em um jornal de grande porte. Fora duramente criticada a forma de realização da reunião. Argumentação indevida já que os números nos mostram um engajamento como nunca tivemos! Apenas a título de comparação, a audiência pública do

empreendimento da Tamisa, com quatro pontos físicos disponibilizados, teve 16 participantes presenciais versus centenas de participantes remotos. Então crescemos, sejamos responsáveis e paremos com críticas descabidas para alvoroçar o processo e foquemos no que realmente importa. Ademais, ciente das dificuldades tecnológicas levantadas por alguns, acredito que os interessados poderiam interagir entre si para um auxiliar a participação do outro. A sociedade civil que aqui se manifestou, tão dotada do senso de representação e que possui influência no local, pode abrir as portas para aqueles que possuem dificuldade de acesso à internet. Ou até mesmo se organizar para buscar apoio em algum espaço público, como a Prefeitura. Acima de tudo, devemos buscar soluções e, mais do que nunca, sermos solidários. Na reunião passada a que presenciamos, a meu ver, foi um exemplo desastroso de manifestação popular por parte dos inscritos. E aqui, para que não sejam veiculadas mais *fake news*, reforço o termo parte. Aquelas inscrições com mero intuito protelatório causaram transtornos não só para o Conselho como para os próprios inscritos que, ao final, reclamavam da extensão da reunião. Ademais, prejudicaram pessoas sérias que estavam ali com o real interesse em participar e contribuir para o debate. E essa intenção de gerar tumulto não é uma impressão minha, mas uma confissão feita em canal do YouTube, que veiculou a reunião simultaneamente ao canal do COPAM, no qual mensagens como 'estamos bugando o sistema', 'eles não estão entendendo mais nada hahahaha' (e eu não entendi o porquê dos risos, já que estávamos tratando de um assunto extremamente sério) foram compartilhadas. Da própria descrição da Live consta um "Bora bugar o sistema". Por que bugar o sistema e não se valer de um momento tão relevante para buscar entender e debater tecnicamente o projeto? Fica aí o questionamento. As inscrições com o intuito de tumultuar, admitida em uma fala no sentido de que a reunião teria que ser adiada e, quando remarçada, viria um número ainda maior de inscritos para inviabilizar a votação, expôs pessoas idosas e até mesmo crianças (tivemos uma garotinha de nove anos inscrita e que provavelmente perdeu a aula) a um cansativo e desnecessário esforço. Aludido "esvaziamento" da reunião no momento da votação, denunciado em tom de crítica por movimentos sociais e parlamentares, fora por eles mesmos provocado, inviabilizando que, aqueles que eles alegam defender, pudessem participar e serem instruídos tecnicamente sobre os pontos de pauta. Louvar o envio de milhares de e-mails aos conselheiros, com o intuito de lotar as caixas de entrada me parece um desserviço. A uma porque nenhum Conselheiro fica exclusivamente à disposição do Copam, possuindo outras demandas de tamanha ou até mesmo maior pertinência. A duas porque me parece que um único e-mail, que abarcasse conteúdo técnico, geraria muito mais efeito do que milhares de xingamentos e ofensas. Abro uma brecha para agradecer aos raríssimos e-mails recebidos encaminhando estudos e questionamentos científicos, estes foram não só lidos como também devidamente considerados em meus estudos. Aqueles que se dizem especialistas e ambientalistas deveriam ter o conhecimento mínimo do licenciamento ambiental para saber que 1) este não é o primeiro momento de debate dessa pauta como fizeram crer para os leigos, 2) aqui se desenrola um debate técnico, e não político e 3) as pessoas que aqui estão representam suas entidades. Até porquê, princípio basilar e constitucional da Administração Pública é o da Impessoalidade, que tem, decorrente de uma de suas acepções, a teoria da imputação, segundo a qual os atos dos funcionários públicos não devem ser imputados aos agentes/pessoa física, mas às entidades a qual pertencem. Se desconhecem esses preceitos básicos, como podem pretender defender algo tão complexo? Quanto a este último preceito, "escória; desgraçada; ah se eu te encontrar na rua; aqui se faz, aqui se paga" são as mensagens mais carinhosas, e de um nível que ainda pode ser trazido para cá, que venho recebendo desde o dia que parlamentares publicaram os perfis pessoais dos conselheiros que votaram favoravelmente ao empreendimento na Serra do Curral. Parlamentares que trabalham na casa legislativa, que deveriam possuir não o mínimo, mas integral conhecimento do sistema normativo e das competências de cada Poder. Pessoas públicas, tão atacadas, sendo necessário a uma até andar escoltada; que tanto desprezam e lutam contra o discurso de ódio. A postura por estes adotada, e propagada, soa contraditória ao que pregam e ao que defendem serem seus ideais. Parece-me que a bandeira tão levantada em suas campanhas é uma via de mão única, se aplicando somente a elas. Os métodos tão criticados são os mesmos por elas adotados quando lhes convém. Uma detentora de mandato eletivo, protagonista dessa ação, me decepcionou enquanto educadora, mulher, parlamentar e ser humano. Não trouxe um argumento técnico sequer e ainda agiu de forma extremamente desrespeitosa, gerando consequências perigosas às pessoas que aqui representam as entidades que compõe este colegiado. Não conto com escolta e moro com meus pais que estão assustadíssimos com tantas manifestações violentas a mim direcionadas, que já ultrapassaram o mundo virtual. Esses legisladores deveriam conhecer a história das pessoas e saber que personificar a tomada de decisões

institucionais serve apenas para criar uma caça às bruxas. O discurso pró democracia, incentivador do diálogo, pautado pelo amor e respeito, bem como as críticas à intolerância e disseminação do ódio cai por terra quando se opta, deliberadamente, por divulgar o Instagram pessoal daqueles que votam pelas suas instituições. Tal postura se traduz em uma verdadeira campanha pró ataque e ódio. Houve um sociólogo, líder de movimento ambientalista, que se manifestou no chat da reunião do Zoom, dizendo que os filhos e netos daqueles conselheiros que votassem favoravelmente, seriam amplamente divulgados. Os filhos e netos. Para piorar esse cenário, ainda chegou ao meu conhecimento que circula a falácia de que eu teria dito ter votado pressionada e, caso não votasse favoravelmente, seria exonerada. Seria cômica se não fosse trágica a estratégia utilizada por alguns. Parece-me que lhe faltam fundamentos não só para rebater tecnicamente a licença concedida, mas também em suas alegações quanto à minha pessoa. Isso porque, além de ser efetiva/servidora de carreira, ou seja, não posso ser exonerada, tenho dois suplentes nesta Câmara; caso não me sentisse à vontade em votar, poderia tê-los acionado. Essa militância sem rumo, baseada em ego e agressividade gera tão somente uma perseguição covarde. Fico, inclusive, muito feliz por hoje estarmos em um ambiente virtual no qual essa fala ficará gravada e sedimentada, impossibilitando que a mesma seja deturpada. O mundo clama por integridade, verdade e não por mais polarização, intolerância e ódio. Cumpre, ainda, ressaltar que, diferente do que um número de inscritos alegou, os conselheiros não comparecem aqui com o voto já decidido, do contrário eu teria dormido durante a reunião, como alguns fizeram, e teria pedido que me acordassem no momento da votação. Abre-se para a discussão exatamente para que argumentos possam ser colocados e levados em consideração. Contudo, poucos foram os inscritos que trouxeram dúvidas e/ou fizeram apontamentos técnicos, tendo sido os mesmos devidamente esclarecidos pela equipe técnica da Suppri. E diferir do que foi colocado não significa que o que a Suppri explanou esteja errado ou que seja incompatível com a realidade. Não deveria ser necessário lembrar que a discordância com o tema debatido não autoriza a adoção de vulgaridade ao tratá-lo. A exemplo disso, diversas pessoas e até mesmo outros parlamentares que por aqui passaram e, mesmo com falas carregadas de sentimento, se posicionaram de forma civilizada. Razão pela qual, agradeço a todos que participaram de forma respeitosa e técnica, agregando ao debate. Sejam sempre bem-vindos! Por fim, destaco que Lei Mar de Lama Nunca Mais elevou significativamente as exigências para a aprovação de empreendimentos minerários, tendo sido esse projeto aprovado sob a égide desta legislação. Obrigada". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Nós que agradecemos as suas palavras, Verônica. Eu acho que a manifestação da conselheira não merece reparo. E o que aconteceu na reunião passada em algumas ocasiões, e eu que prezo muito pela manifestação popular, mas foi utilizada como forma de deturpar o licenciamento ambiental. As ações dos conselheiros, as minhas ações, eu fui acusado até de ter sido muito educado durante a reunião. Como se isso não fosse uma premissa. Eu me recordo bem de uma frase, de um livro até atribuído ao Napoleão, mas na realidade é mais antigo, que fala 'Não se atribua a malícia ao que pode ser adequadamente explicado pela ignorância'. No caso, 'a ignorância', no sentido de desconhecer o procedimento, desconhecer o processo, desconhecer a norma. Muitas das pessoas que manifestaram naquela reunião com a manifestação válida, desconheciam o procedimento, desconheciam o processo de licenciamento ambiental, o processo de votação e foram levadas ao engano por alguns, inclusive com lançamentos de candidatura perante ao conselho. Isso é lamentável. Lamentável o que alguns dos conselheiros sofreram nas suas redes sociais. Algumas falas claramente evidenciando ataques às pessoas, até mesmo a vida dos conselheiros, nas redes sociais. Eu tive retorno de vários conselheiros, inclusive de alguns servidores. É uma situação lamentável, provocada por quem desconhece o que é o conselho. Quando um conselheiro vota, ele vota pela entidade a qual representa. Se eu tivesse votado, não seria o Yuri que estaria votando, quem estaria votando seria o Estado. Nós manifestamos através de uma entidade. Nós somos agentes públicos. Então, o que foi deturpado na reunião passada, é realmente lamentável, ocorrida em algumas ocasiões, como bem a conselheira Verônica frisou, várias manifestações, sem dúvida alguma, aí o nosso respeito e eu quis ouvir todos, e até me foi cobrado isso no início da reunião, que eu ouvisse todos os escritos e isso eu fiz. Ouvimos todos os inscritos. E a reunião em relação ao item de pauta da Tamisa, foram 12 horas. Os outros itens de pauta que foram tratados na reunião e eu alertei isso a todo momento, eu fiz questão de pegar os itens de pauta, informando: 'senhores inscritos, favor se atentarem para o item de pauta. O item de pauta é outro que a Senhora está manifestando'. E muitas vezes ouvimos como resposta: 'mas eu quero falar sobre isso'. Eu poderia até ter cassado a palavra, ter cerceado a palavra, em decorrência de não ser o assunto afeto ao item que estava sendo discutido, mas por todo o respeito, por 5 minutos eu deixei a manifestação transcorrer

normalmente, sem interrupções. Mas, é lamentável o que aconteceu em diversos momentos na reunião passada. Eu solicito que seja transcrito na íntegra a manifestação da conselheira Verônica”. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima (SME): “Bom dia a todos! Estamos de volta, animados ainda com as nossas atividades de sempre. E primeiramente, eu gostaria de congratular à Sociedade Mineira de Engenheiros, em nome da nossa presidente, Virgínia Campos, com a Codemig, na pessoa do nosso colega conselheiro Paulo Eugênio. No final de abril, concomitantemente com a nossa reunião passada, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), na sua unidade de Araxá, acabava de investir 3 bilhões de reais na recomposição de sua produção de nióbio, elevando a produção para 150000 toneladas. Isso é um exemplo, mais uma vez, que eu digo de mineração sustentável em Minas Gerais. Então, fica aqui, meu caro colega Paulo Eugênio, leve à Codemig, leve a CBMM a nossa manifestação de apoio e nossos parabéns por esse grande feito em prol da mineração de Minas Gerais. Segundo ponto: eu queria compactuar totalmente, até por ter sido ex-trabalhador do governo de Minas, com as palavras da nossa querida conselheira Verônica Coutinho, que através da Segov pode colocar as coisas nos seus devidos lugares. Parabéns, Verônica! Competência não se discute. Terceiro ponto, meu caro presidente Yuri: aliás, eu queria mais uma vez enfatizar aqui, nesse momento, já o fiz de forma pessoal ao meu colega, ao nosso presidente Yuri, pela sua competência, e aí eu também renovo a toda a equipe da Suppri e a toda a equipe que respalda esse nosso conselho, de forma competente, de forma ética, de forma educada, como devem ser tratadas as coisas aqui. De modo que eu me sinto, Presidente, muito confortável aqui, apesar de ter recebido inúmeras críticas, que eu não vou aqui voltar a comentar. Mas eu gostaria de encerrar, a pedido da diretoria da Sociedade Mineira de Engenheiros, que zela pela ética profissional, que zela pelo desenvolvimento, pela competência da engenharia e na avaliação dos termos mais nobres que possam trazer para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais. E eu como presidente da Comissão Técnica de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Sociedade Mineira de Engenheiros e titular dessa Câmara, gostaria neste momento de relatar a matéria publicada no dia 11 de maio de 2022, no Diário do Comércio, após uma reunião do Conselho da Sociedade Mineira de Engenheiros, com todos os colegas ali presentes, ‘o complexo minerário da Taquaril Mineração S.A./Tamisa, na Serra do Curral, teve o licenciamento Ambiental aprovado por 8 votos favoráveis e 4 contrários, no Conselho Estadual da Política Ambiental (Copam), na CMI, na madrugada de sábado, dia 30 de abril. A Sociedade Mineira de Engenheiros foi uma das entidades que votou a favor da aprovação ao lado dos demais representantes da sociedade civil e dos 4 membros do governo mineiro que compõem o colegiado, vinculado à Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)’. Todos têm atribuídos os seus votos, há uma decisão técnica acerca do projeto. E eu diria mais, uma decisão legal do projeto. O empreendimento denominado Complexo Minerário Serra do Taquaril tem sido alvo de constantes manifestações populares e ações na justiça, que questionam as licenças prévias de instalação concedidas a partir dessa votação. Dividido em 2 fases que serão implantadas, operadas ao longo de 13 anos, o projeto prevê a lavra e o beneficiamento de aproximadamente 31.000.000 de toneladas de minério de ferro, resultando em 24.000.000 de toneladas de produtos. Para isso haverá desmatamento que será devidamente compensado, com mais do dobro de 41 hectares de vegetação nativa, remanescente da mata atlântica. E aqui vem um parêntese meu: ‘as questões de desmatamento e compensações são perfeitamente legais. São tratadas de forma técnica e objetiva. E nós aqui, nessa Câmara de Atividades Minerárias, já tivemos diversos casos de compensações justificadas. Até porque a mineração é considerada de utilidade pública’. Em nota enviada à imprensa, ainda nessa matéria publicada, no Diário do Comércio do dia 11 de maio de 2022, ‘a SME veio a público justificar a sua posição, disse que considera que cabe à Semad avaliar a qualidade técnica dos estudos ambientais apresentados pelo empreendedor’. Eu sempre enfatizei da qualidade técnica, da avaliação adequada, legal, competente da equipe da Suppri, representada pelo nosso querido Rodrigo Ribas, e que os mesmos foram respaldados por especialistas de diversas disciplinas e que atestaram, por meio de anotações técnicas em seus registros profissionais as responsabilidades pelas informações e pela qualidade dos estudos apresentados como base do processo de licenciamento. A empresa responsável pelos estudos ambientais é da mais alta qualificação profissional, bem como os seus membros. E continuando, e que a partir desses documentos, estudos e pareceres, concluiu que o processo de licenciamento reuniu do ponto de vista técnico, as condições necessárias para a sua aprovação. Mas ponderou, isso na nota: ‘que reconhece como legítima todas as manifestações contrárias às atividades minerárias no icônico cartão postal de Belo Horizonte, avaliando que fazem parte do contexto no qual as representações da sociedade civil, se manifestam em face das decisões e reivindicam mudanças na aprovação. Por fim, consta que a

entidade não desmerece os movimentos, organizações e representações que se compõem à mineração na Serra do curral. Ao contrário, como entidade civil, a SME entende que fazem parte da construção de bases de entendimento que poderão levar a mudanças no arcabouço da legislação de proteção ambiental, assim como acelerar a inovação e o aprimoramento tecnológico sociocultural e econômico necessários a compatibilização da utilização dos recursos naturais com os novos patamares de proteção ambiental. Assim, diz o documento. Presidente, eu gostaria de encerrar, agradecer a paciência dos colegas e também mais uma vez ficar à disposição para qualquer discussão. Muito obrigado”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação, Dr. Orsini”. Conselheiro Francisco Couto (Sindietra): “Bom dia Conselheiros, senhor Presidente e demais participantes da reunião! O assunto é um pouco diverso do que foi comentado pela Verônica, pelo Orsini e pelo Presidente, mas também não menos espinhoso e não menos triste. Hoje nós temos um assunto na pauta que é sobre espeleologia, os trabalhos de espeleologia com relação ao licenciamento ambiental. E me desculpem, pois, estou um pouco emocionado. Tivemos uma perda grande nesse mês, foi o falecimento do Luís Beethoven Piló, consultor da Semad, do Ibama, de diversos empreendimentos minerários e outros empreendimentos. Um pós-doutor, um profissional exemplar e gostaria realmente senhor Presidente que fizéssemos um minuto de silêncio em respeito ao falecimento do Luís Beethoven Piló, obrigado”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim, Claro. Os nossos sentimentos ao Francisco, à família enlutada. Nós vamos marcar aqui Francisco um minuto de silêncio, começando agora. ****01 minuto de silêncio**** Agradeço, senhores conselheiros. Mais uma vez, os nossos sentimentos ao Francisco e à família enlutada. Que Deus os abençoe e os conforte”. Conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): “Bom dia a todos. Eu gostaria de discordar em parte de algumas considerações da conselheira Verônica. O Copam e as suas Câmaras são colegiados políticos e podem levar em consideração os aspectos técnicos nas suas decisões, mas devem tomar as suas decisões observando as conveniências das comunidades envolvidas. Os órgãos técnicos, são as Suprams e as suas decisões técnicas, não necessariamente devem ser acatadas pelo conselho. Para isso que existe conselho. As considerações da sociedade civil e da sociedade de um modo geral, devem ser levadas em consideração. Essas são as considerações que eu gostaria de fazer”. Mariana de Paula e Souza Renan (Fiemg): “Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, cumprimento na sua pessoa os meus queridos pares conselheiros, gostaria Presidente de fazer coro à fala da conselheira Verônica e do conselheiro Orsini, que sempre com brilhantismo que lhes é peculiar, se apresentam aqui e executam muito bem o papel deles como conselheiros. Sinto-me honrada senhores, de poder participar aqui, desse grupo com pessoas como os senhores, estendo aí o elogio para todos os nossos conselheiros. Somos sérios, comprometidos e estamos comprometidos de forma ética com a execução dos trabalhos aqui do Conselho. A conselheira Verônica foi cirúrgica e certa, por essas razões não vou me delongar. Também, presidente Yuri, que nos comanda com tanto zelo e com tanto cuidado, temos só a agradecer o senhor, viu Presidente?! Gostaria de deixar um esclarecimento, que a Fiemg informa que seu voto se baseou num parecer de 234 páginas, elaborado ao longo de 2 anos pela equipe técnica da Suppri/Semad. Competente equipe técnica que prezou pela análise, tanto técnica quanto jurídica do processo de licenciamento ambiental da Tamisa, inclusive tendo sugerido a aprovação do projeto. Além disso, a Fiemg se baseou nas anuências prévias favoráveis emitidas pelo Iphan, órgão Federal responsável pelo tombamento da Serra do Curral, Iepha-MG, órgão Estadual de proteção do patrimônio cultural, IEF, órgão estadual responsável pela gestão das unidades de conservação, Prefeitura de Nova Lima, órgão responsável pelo ordenamento territorial do local onde o empreendimento irá se instalar e um Termo de Compromisso firmado pela empresa com a Copasa, órgão responsável pela adutora do sistema Rio das Velhas. Ressalta-se que até o momento da reunião, 3 liminares requeridas na justiça visando a retirada de pauta do processo, não foram concedidas. A Fiemg salienta que seu voto se baseou exclusivamente nos documentos do processo, nas decisões judiciais proferidas, bem como nas manifestações técnica e jurídica dos órgãos públicos competentes. A Fiemg também denuncia e manifesta total repúdio às difamações e exposição de dados nas redes sociais que estão sendo cometidos contra membros deste conselho que votaram a favor do empreendimento, cumprindo seu papel em um processo democrático discutido durante meses. Eu agradeço, Presidente, a oportunidade e cumprimento novamente os conselheiros, que nós tenhamos uma boa reunião, obrigada”. Conselheiro Paulo Eugênio (Codemig): “Bom dia a todos. Eu gostaria só de reagir às palavras do Carlos Orsini, e dizer que a Codemig, ela apenas arrenda os direitos minerários para a Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá (Comipa), que por sua vez vende minério para a CBMM. Então, a Codemig apenas representa o Estado nessa relação. Quem tem toda a responsabilidade, o livre arbítrio empresarial é a CBMM. Então, se ela levar prejuízo, vamos dizer assim, isso não afeta a Codemig.

Afeta porque tem o arrendamento, mas ela tem o livre arbítrio empresarial. Então, nós não afetamos essa relação. A Codemig, é tão responsável pela CBMM, quanto qualquer um de nós aqui, quanto o Yuri, porque são todos servidores estaduais, entendeu? E outra coisa que eu queria falar é o seguinte, eu achei de certa forma positiva a grande repercussão que teve a reunião que tratou da Mineração Taquaril. É claro que a forma como foi feito, foi trágica, como já está explícito aqui. Mas antes, quando a gente falava de mineração lá em Conceição do Mato Dentro, em Paracatu, a Sociedade não se mobilizava como mobilizou, entendeu? Então, eu gostaria que esse episódio servisse de alguma forma, para a gente educar a sociedade. Como funciona o Copam, como é feita a votação, por que as votações são feitas dessa forma. Elas são resultado da aplicação das leis. E leis são resultados de votos, entendeu? Então, as pessoas precisam saber que o Copam é apenas a ponta da linha, é a última engrenagem do Sistema. Eu gostaria que a gente encontrasse uma forma de divulgar isso, porque as pessoas precisam ser educadas para isso. Eu queria agradecer as palavras do Orsini e da Verônica". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação do Paulo, mas é o que nós falamos. A participação popular e eu até falava isso na reunião passada, o processo de licenciamento ambiental, como um todo, ele desenvolveu muito no aspecto técnico, no aspecto jurídico, mas essa é minha opinião. Mas, no aspecto até mesmo social de perquirir os atingidos ou a participação popular, na minha opinião, ainda não é tão desenvolvida. Foi até por isso que eu pedi, teve um dos escritos, um professor salvo engano da UFMG, que falou que tem um trabalho desenvolvido, e eu solicitei a ele que nos encaminhasse. Porque eu acho que esse aspecto social é muito importante e respeito demais os movimentos sociais. O que é trágico é você deturpar o processo de licenciamento ambiental, deturpar as nossas ações, deturpar as normas para benefício próprio, de alguns que participaram da reunião. Mas, não tenho sombra de dúvida que a participação popular é extremamente importante e realmente é extremamente importante nos outros processos de licenciamento que aqui estão. Não somente eu, mas creio que todo o conselho, não temos dúvida alguma da importância da participação popular. Eu já citei que quando há participação popular, ou a favor ou contra, quer dizer que realmente a população está contra ou é porque aquele que é contra ou aquele que é favorável, ele está melhor organizado? Então, há um liame subjetivo nisso, de procedimentalizar esses licenciamentos, vamos colocar assim, como licenciamento social, é muito difícil de fazer. E eu acho que é esse o caminho que o órgão ambiental tem que trilhar também". Convidado Pedro Tavares Lima (Presidente Promutuca): "Bom dia a todos! Primeiro eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar falando com vocês. Agradecer o Yuri, parabenizar pela condução das reuniões, tem sido forma exemplar, bem democrática. Parabenizar a Verônica, pelas palavras dela. Informar para vocês que não só os conselheiros que votaram a favor foram perseguidos. Eu tive minha caixa postal de e-mail também lotada de spam. A nossa segunda suplente, também, Tobias, acredito que também. Eu concordo que isso não é a forma da gente conseguir ganhos tanto para a sociedade, quanto para o meio ambiente. Tudo tem que ser pautado no diálogo, no assunto técnico, nas leis, como foi bem lembrado pelo Paulo, muitos legisladores se manifestaram depois da reunião e durante, mas ninguém se manifestou nesses 7 anos do processo, ninguém pensou em mudar a lei para que isso não acontecesse, já que eles estavam falando que a lei estava errada. Eu ouvi gente falando que a lei não é para ser cumprida e isso foi uma coisa que me deixou extremamente assustado, essas palavras. Eu escrevi um pouquinho o que eu queria falar: na última reunião, assim como uma boa parcela da sociedade, o nosso conselheiro Tobias ficou extremamente decepcionado com o resultado, devido ao clamor da população. A gente teve um sentimento de que a sociedade civil estava praticamente sendo ignorada, e ele se manifestou, em deixar a cadeira dele nesse conselho. A gente conversou muito com ele, que resolveu voltar atrás na sua decisão, uma vez que o Tobias sempre foi técnico justo nos seus pareceres e a Promutuca, na minha gestão, ela não tem o papel de atrasar, de impedir ou de lutar contra a atividade extrativista. Mas sim, de analisar e apontar possíveis problemas no processo, dialogar, compor mudanças de compensações ambientais, para tornar os projetos mais equilibrados econômica e ambientalmente. O Tobias representa muito bem em todos os quesitos, com relatórios técnicos bem embasados. E para nós também, a função de uma ONG de proteção ambiental não é de impedir o desenvolvimento, mas sim cuidar para que esse envolvimento seja o mais ecologicamente equilibrado e sustentável e quando possível, construindo um ganho ambiental em conjunto. Como representantes da sociedade civil, nós temos consciência que devemos representar a sociedade como um todo e não somente, apenas uma pequena parcela aquele que milita a causa ambiental como nós. A gente deve colocar na balança os impactos, mas também as pessoas que dependem da atividade, para sustentar suas famílias. A CMI, por ser uma Câmara Técnica, nós devemos analisar os processos de forma técnica e jurídica, elogiar iniciativas benéficas ao meio

ambiente, assim como repudiar as que não tiverem essa preocupação. Diante disso, eu gostaria de solicitar aos colegas conselheiros, eu chamo de colegas, porque eu sou suplente do conselheiro Tobias, que tenham atenção especial com os relatórios apresentados pela Promutuca, através do Tobias, porque com certeza vão contribuir muito para a sustentabilidade de qualquer processo que venha a ser apreciado nesta casa. A Promutuca também tem sido alvo de críticas por essa postura pautada no diálogo, mas eu falo aqui para todos, que provavelmente, nós já conseguimos mais ganhos ambientais com essa postura do que nos 30 anos de briga. As ONGs deveriam enxergar que a realidade mudou. Hoje a gente não resolve as coisas na base da força, do grito, da falta de respeito. Nós temos que pautar nossas atitudes e ideias com razão. Então eu agradeço a todos a oportunidade. Eu espero que a gente tenha levado da última reunião uma lição para casa, que mesmo embasado na lei, podemos pensar em condicionantes que tenham um ganho ambiental melhor, em condicionantes mais rígidas. Eu desejo a todos uma boa reunião, um bom trabalho. Parabenizo os conselheiros que falaram antes de mim, todos colocaram pontos importantes para a sociedade, para os outros conselheiros e acho que estão esclarecendo muitas dúvidas da população. E como o próprio Paulo falou, também, infelizmente a conduta na última reunião não foi a melhor, mas mostrou para nós o envolvimento e o engajamento da população. Eu espero também que, com isso a população se interessa mais pelos processos, se informe melhor sobre os processos para poder contribuir com todos nós, com o meio ambiente e com a sociedade, sempre pautados na razão, com argumentos científicos, em estudos, que possam às vezes mostrar um problema que não foi visto, que passou despercebido. Assim, a gente poder pautar a nossa votação aqui da melhor forma. Desejo um bom dia a todos. Vou ficar acompanhando aqui, obrigado”.

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do conselheiro Pedro. Fico feliz por saber que o Tobias reviu a sua decisão tomada naquela última reunião. Eu destaco e já destaquei aqui inúmeras vezes, quanto à cordialidade que nós temos aqui, mesmo discordando de alguns pontos, área técnica ou no aspecto técnico, como no aspecto jurídico, da educação, da cordialidade e do respeito com que as ONGs representadas pelo Tobias, pelo José Ângelo, pelo Júlio Grilo, que mesmo discordando dos pontos, seja técnico, seja no aspecto jurídico, sempre pautou pelo respeito. Isso eu sou testemunha, eu já trabalhei com os senhores aqui, não só aqui na Câmara Minerária, mas também na CID, na CAP, na CNR. Então, eu posso atestar aqui, de cadeira, que a cordialidade, o respeito com que as ONGs tem nos tratado, e eu faço destaque ao Tobias, ao José Ângelo, ao Júlio Grilo, que não está mais aqui conosco, mas sempre nos tratou de forma muito respeitosa. Eu agradeço e fico feliz, viu Tobias?! Pela reconsideração e pelo senhor estar aqui conosco. Conselheiro André de Lima Andrade (Ibama-MG): “Bom dia, pessoal. Eu vou tentar ser breve. Primeiro eu queria prestar a minha solidariedade, aos colegas conselheiros, que participaram desse caso da Tamisa e votaram na reunião passada. Eu achei realmente um absurdo como eles foram atacados pessoalmente, sendo que com certeza votaram de boa fé e de acordo com uma convicção própria ou com o entendimento da entidade que eles representam. E um ponto que eu queria acrescentar, em tudo que foi falado, é que eu vi que nesse último mês, foi explanada uma concepção sobre o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos e do meu ponto de vista equivocado, como se a avaliação de impacto, ela fosse estritamente legal do ponto de vista assim, ‘olha, tem um empreendimento querendo se instalar. Se não tem nenhuma lei, nenhuma norma que impeça ele de se instalar, esse empreendimento é viável ambientalmente’. Então, do ponto de vista técnico, eu queria só acrescentar que o licenciamento ambiental tem que estar embasado na avaliação de impacto. Esse foi o conceito internacional que trouxe para o procedimento de licenciamento ambiental e, neste caso, como em todos os casos, é necessário não só fazer uma avaliação legal, como se fosse um *check list*, para avaliar se tudo está de acordo, mas também uma avaliação de impactos, no sentido de comparação, entre os impactos positivos, impactos negativos, impactos reversíveis ou irreversíveis, de longo prazo, de médio prazo e de curto prazo. É uma discussão de cenários. Se os empreendimentos vão melhorar o cenário de longo prazo e de curto prazo, ou vão piorar esse cenário. Agora, essa conta final, ela depende de um juízo de valor que cada um vai interpretar de forma distinta. Então, é muito democrático que as pessoas, a partir dessa avaliação de pós e contras, entre esse balanço entre os impactos positivos e negativos, cheguem a conclusão distintas sobre a viabilidade ambiental de um empreendimento. E, no caso não estou falando sobre a Tamisa, mas sim sobre todo e qualquer empreendimento. Então, eu queria prestar minha solidariedade expondo esse meu ponto de vista, mas dizendo que é democrático, que pessoas votem a favor e pessoas votem contra. Pessoas, sejam a favor e pessoas sejam contra. E essa Câmara representa muito bem essa discussão e é importante que ela seja paritária e represente a sociedade, em todas as suas vertentes, para que de certa forma, ela delibere de forma definitiva. Então,

não é fácil, eu como técnico do Ibama, já participei de diversos empreendimentos polêmicos e até bem mais polêmicos que o da Tamisa, que discutem impactos nacionais e às vezes transnacionais, e pessoas realmente chegam a entendimentos diferentes sobre um impacto que é consequência do empreendimento, seja positivo ou negativo. Então por fim, era isso pessoal, eu queria prestar solidariedade, falando que nenhum dos lados pode falar que um ou outro errou ao votar nesse empreendimento específico, porque é muito natural que as pessoas cheguem a entendimentos diversos sobre o mesmo empreendimento. Agradeço a participação de todos”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Perfeita a manifestação do conselheiro André, o que nós sempre buscamos, de acordo com as normas, de acordo com o aspecto físico, do meio ambiente, é o desenvolvimento ambiental sustentável vinculado à norma. Essa é a nossa busca, de análise técnica e jurídica e creio que também do conselho”. Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): “Primeiro eu queria agradecer as falas dirigidas à minha pessoa, dizer que eu corroboro totalmente com a fala do conselheiro Pedro, o Tobias realmente, sempre foi muito sensato. E o que o Pedro disse agora foi, assim, extremamente ponderado. Antes, fossem todos assim, acho que a gente só tem a ganhar com essa postura e compostura. E eu só queria também complementar um pouquinho a fala da conselheira Mariana, quando ela disse das liminares, porque não só as liminares que pediam que o processo fosse retirado de pauta não vingaram, mas aquelas também que posterior à concessão da licença foram impetradas para que se suspendesse a licença também não foram concedidas, uma inclusive revista até já em segundo grau, deixando claro que não foi comprovado o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Em relação à fala do conselheiro Paganini, de que a sociedade civil deveria ser ouvida, é importante lembrar que as cadeiras e os conselheiros representam a sociedade civil diretamente, porque quando a sociedade civil é eleita, pelo processo aqui de composição do conselho e indiretamente, pelo executivo, que é eleito democraticamente. Obrigada”. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Promutuca): “Bom dia a todos. Bom dia, Presidente e todos os demais Conselheiros. Conforme o Pedro, eu deixei para manifestar depois do nosso Presidente, nós tivemos várias conversas ao longo das semanas que seguiram após a reunião da aprovação do processo da Tamisa. Realmente, nós entendemos que mesmo perdendo várias vezes, não é a primeira derrota que a gente tem, discordo de vários pontos, de várias justificativas apresentadas, mas conversamos e entendemos que a participação da sociedade civil, por mais que derrotada, ela tem que ser construtiva. Eu vim de uma base de comitês de bacias hidrográficas, participei de conselho desde 2009, 2014, depois no Plenário. E eu acho que fica notado que mudanças devem acontecer, não vou aqui delongar falando sobre a composição do conselho. Não vou falar do que a Verônica falou em sua fala, porque aqui não é um ringue de concordo ou discordo. Eu acho que cada um tem a sua interpretação e fica claro que mudanças podem acontecer e devem acontecer para o melhor desenvolvimento da Câmara. Eu quero dizer também Presidente, que quando eu tive algumas notícias de agressões a conselheiros, agressões pessoais, eu também discordo disso, eu acho que não é o caminho. Mas é legítima a participação da sociedade civil aqui na referida reunião. Então, por que nós ficamos tão sentidos com esse desenrolares e com isso tudo? Porque simplesmente a sociedade civil não foi ouvida. E muitos posicionamentos aqui na reunião, eles são posicionamentos que já vêm em defesa dos seus setores, dos setores que vocês representam, eu acho que isso empobrece algumas vezes. Não vejo que é um voto pré-definido, mas vejo que existe uma tendência de você defender o seu setor, obviamente. Então, eu penso que a gente trabalhar para construir a política ambiental é diferente de você construir e desenvolver um licenciamento em específico. E aqui eu trago o pensamento que a gente tem que pensar fora da caixa, a gente tem que pensar diferente, a gente tem que pensar no futuro, a gente tem que pensar no que que é a sustentabilidade. E foi dentro disso que nós tomamos a decisão de continuar, a Promutuca vai continuar com a minha participação aqui até segunda ordem. Sabemos que ainda existem novas composições pela frente, existem novas eleições pela frente, que podem vir outras composições, mas a nossa participação não vai perder o foco. O nosso foco aqui é discutir tecnicamente os processos, propor melhorias, propor melhores opções para o meio ambiente. Valorizar aqueles empreendimentos que buscam sustentabilidade, e aí fiz coro até algumas vezes com o Carlos Orsini, que nós temos que trabalhar em prol da deposição a seco, empreendimentos mais sustentáveis, empreendimentos melhores, menos impactantes. E isso tem que ser de mãos dadas. Não adianta, a sociedade civil querer caminhar sozinha em uma direção sem o apoio dos engenheiros, sem o apoio da Fiemg, sem apoio... não adianta, a gente tem que convergir em várias ações que o Estado muitas vezes vai propor, alguma alteração, na legislação, a gente tem que convergir e buscar entender o porquê que essa mudança é necessária. Nós estamos vendo ao longo dos últimos anos, uma flexibilidade nos processos de licenciamento, uma flexibilidade na

legislação ambiental que, sim, é necessária, foi necessária e hoje a gente vê uma melhoria. Mas, temos que manter alerta, que breve chegaremos num ponto que a flexibilidade vai começar a atrapalhar. Então, acho que isso foi um ponto que a gente pode perceber no caso da Serra do Curral. Temos aí uma forte participação da sociedade contra o processo. Grupos de empresários que vão olhar pela viabilidade de um empreendimento, mas que sim, chegamos em um momento que nós temos que olhar o que nós queremos deixar para a geração futura. E foi nessa reflexão que eu fiquei muito chateado sobre aquela decisão. Mas, como bem falaram anteriormente, é um processo democrático, temos que aceitar, não cabe a gente julgar, mas também precisamos enxergar quando um processo não é consensual, quando um processo gera muita discussão, gera muita discordância, fica um alerta, digamos assim, não vou falar que precisamos mudar, mas fica um alerta, que temos pontos sensíveis pelo caminho. Temos pedras pelo caminho e a gente precisa manter esse alerta. Eu quero reiterar o meu compromisso pessoal em conversar, em dialogar com todas as empresas, assim como eu fiz com a Tamisa, reuni naquele caso específico, assim como eu reuni com várias outras. Nós temos que dirimir problemas entre comunidade e empreendedores, temos que dirimir problemas de impactos ambientais, não previamente identificados, que muitas vezes a gente não consegue identificar e precisamos olhar para a solução. Ficar um agredindo o outro, a conduta foi certa ou foi errada, não é por aí, eu acho que eu e o Yuri, nós já tivemos vários momentos de discordância e vários momentos que a gente pode convergir e ter uma posição comum. Eu acho que é isso. Eu acho que que a construção é demorada, é difícil e nós vamos continuar em busca de achar essa luz no fim do túnel. Temos uma luz do alerta e da solução, e a gente tem que caminhar para resolver isso tudo. Eu agradeço as pessoas que entraram em contato comigo pós reunião, manifestando, pedindo para eu continuar dizendo que seria importante a nossa participação e eu acho que realmente tudo isso serviu de uma grande lição, de uma grande amostra de que o nosso trabalho está sendo bem feito, mesmo que tenhamos dificuldade em caminhar. Vamos em frente, não vamos desistir, vamos continuar e espero que a gente possa manter a cordialidade, manter o respeito que sempre tivemos por aqui e peço para que a sociedade civil, que eventualmente vá se manifestar contra algum posicionamento, faça à instituição e não faça ao conselheiro". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação do Tobias, já falei aqui inúmeras vezes, inclusive citando Carlos Drummond de Andrade, que veio de uma cidade de mineração, que diz 'Dialogar é dizer o que pensamos de forma respeitosa e suportar o que os outros pensam'. Então acho que essa é a nossa função aqui no conselho, de dialogar respeitosamente, respeitar aquilo que os outros pensam e convergir em um denominador comum". Conselheira Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva (Sede): "Bom dia a todos. Primeiramente, eu queria parabenizar a Verônica e reiterar as palavras dela, como representante do Governo também, no caso, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Yuri, você acabou de citar Carlos Drummond e eu vou citar Rubens Alves, eu acho que todo esse período, especialmente, a última reunião me fez lembrar um dito que ele mencionou uma vez: 'o ato de ouvir exige humildade de quem ouve'. Então, eu acho que todo o posicionamento da Câmara Técnica, está voltado para o entendimento técnico e científico e especialmente, considero que é um processo dificilmente alcançado, porquê pauta pela democracia. O processo democrático exige a sabedoria da escuta. E a sabedoria do próprio saber, no sentido do conhecimento. Então, eu acho que a sociedade civil está tentando se manifestar, mas ainda não encontrou um caminho. E acho que o que falta é a escuta no sentido da informação. A gente teve a oportunidade, e eu estudei muito, eu sou Engenheira de Minas, tenho muito orgulho de ser e tivemos todos a oportunidade de acesso ao processo, pois ele é aberto, de aprender e de fazer uma leitura mais abrangente possível do parecer que Suppri fez, a qual eu parabenizo extremamente a equipe e a todos que participaram desse processo. Então, eu acho que para a manifestação ela ter validade, ela tem que ter um embasamento. Um embasamento técnico. Não basta a gente achar, a gente tem que procurar saber, procurar se informar. E acho que a Câmara, ela tem esse compromisso e na última reunião, infelizmente pouco se ouviu da questão técnica de tudo que afeta o empreendimento, em termos de impacto e em termos de medidas que foram propostas no sentido de mitigar esses impactos. Mas acho que é um aprendizado. Ao longo da minha vida profissional, iniciei a minha vida trabalhando no órgão ambiental e eu observo que a sociedade cada vez mais tem se manifestado nesse sentido. Como eu falei, é um aprendizado e como todo aprendizado, é difícil. Eu não vou me estender mais, mas gostaria só de reiterar aqui os meus parabéns à Verônica, a toda equipe da Suppri e particularmente a você Yuri, eu acho que você conduziu muito bem a reunião, e como diz o Orsini, 'competência não se discute'. Era isso que eu queria dizer, obrigada". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Muito obrigado pelos elogios, Maria Eugênia, estendendo à toda equipe da Suppri e do Núcleo dos Órgãos Colegiados, que nos auxilia".

Conselheiro Valter Vilela Cunha (Abes-MG): “Bom dia, Senhores. Como sabem, a Abes-MG votou contrária a aprovação deste licenciamento. No entanto, não concordo de modo algum, como estão sendo tratados e expostos os conselheiros que votaram a favor. Os votos das entidades devem ser respeitados e entendidos como uma posição tomada frente aos estudos e projetos apresentados, bem como considerando o parecer emitido pela Suppri. Eu acho que passou muito dos limites. Os nossos conselheiros estão expostos nas redes sociais, as suas fotografias, os seus currículos. Isso acho que não agrega nada. Obrigado”. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima (SME): “Presidente, realmente essa reunião tem sido muito interessante as reflexões. Eu vejo que talvez, no andar da carruagem, a gente precisava realmente ter esse momento, se fosse presencial seria melhor, mas virtualmente é muito interessante. Eu vejo que todas as palavras que foram aqui feitas e colocadas, o Paganini, sempre consciente nas suas ações, o Pedro vem de uma forma muito conciliadora, o Francisco Lafetá, que não expressou porque não participou da reunião, mas ele também é uma pessoa que coloca sempre muito bem as coisas, a Mariana, a Verônica... Bom, todos. Mas, especialmente o Tobias, que primeiramente eu queria dizer, Tobias, como é bom você continuar junto a nós. Segundo, isso que você sempre falou de convergência, uma palavra muito importante. E ainda complemento, ainda dentro dessas palavras do Tobias, do Pedro, da Maria Eugênia, recentemente fiz uma palestra na Secretaria de Meio Ambiente da Bahia, na pessoa da Secretária Márcia Telles, que é uma pessoa maravilhosa, acho que inclusive muito conhecida da nossa Secretária Marília, eu comentava a respeito de um assunto que eu queria passar a vocês. O Meio Ambiente deve trabalhar, não é só na mineração, em qualquer atividade, isso faz parte da vida, com o que nós chamamos, eu queria gravar 2 palavras aqui: flexibilidade responsável. Isso é muito importante. Então, a gente tem que ter flexibilidade, temos que ter a flexibilidade dentro da nossa maneira de ser, do nosso relacionamento, porque nós encontramos sempre impactos pela frente. Então, isso é muito importante, eu vejo nas palavras do próprio Valtinho, meu grande amigo, companheiro de muitos anos, essa dedicação. O Valtinho, até em um determinado momento disse, ‘eu acho que eu vou sair fora desse negócio de Copam’. E eu falei, não Valter, não saia, você também é uma pessoa de equilíbrio, de experiência que deve ficar. Mais uma vez, eu queria colocar vocês, que sempre que começo as nossas reuniões, eu fico com 2 livros aqui. São 2 livros que me acompanham, um deles é esse aqui: Muitas vidas, muitos mestres. E eu vou fazer questão de ler novamente, só um parágrafo, bem pequenininho aqui: ‘A sabedoria se alcança de forma muito lenta, isso porque o conhecimento intelectual que é facilmente adquirido, deve ser transformado em conhecimento emocional ou subconsciente. O poder dessa transformação se fixa para sempre. O exercício comportamental é o catalisador necessário para que possa haver essa reação do consciente com o subconsciente. Sem ação, o conceito minguia e desaparece. Conhecimento teórico, sem aplicação prática’, e aí eu vejo a questão toda que o Tobias coloca, que o Pedro coloca, que a sociedade civil coloca, que é o envolvimento da comunidade, o envolvimento das vizinhanças. Então, ‘esse conhecimento teórico, sem aplicação prática não basta’. Esse é um livrinho que eu sigo aqui e o segundo livro também, que é esse aqui: ‘The Natural Step’. Eu conheci esse livro em função da minha aproximação com esse senhor chamado Karl-Henrik Robert. Ele é um médico oncologista da Universidade de Gothenburg. Eu tive a oportunidade, quando morei um ano na Suécia, e trabalhando próximo a Universidade de Gothenburg, isso já faz anos, o Yuri não era nascido ainda, então eu tive a oportunidade de conhecer essa pessoa, porque eu trabalhava dentro de uma unidade industrial da SKF Produtora de Rolamentos, e lá eu tive a ocasião de ir uma vez na Universidade e esse senhor, médico oncologista, virou o papa da sustentabilidade. Esse é um livro que eu aconselho a todos ‘The Natural Step’, está escrito em português. Ele é uma enciclopédia da sustentabilidade. Então, quando eu digo aqui que eu falo em mineração sustentável, eu estou sempre me baseando em conceitos que vêm da conformação colocada por Robert em seu livro e de uma forma muito interessante, porque ele vem do câncer. Ele vem da base do sofrimento das pessoas. Então, daí ele criou todo elemento que nós podemos chamar da sustentabilidade, que envolve qualidade de vida. Então, eu trabalho dentro da visão, por ser Engenheiro de Minas e Metalurgista. E por isso que eu me congratulo com meu colega Paulo Almeida, porque o Paulinho, você é o nosso caminho para a CBMM, você é o nosso caminho de valorização também através dos trabalhos maravilhosos que a Codemig tem feito, no sentido de fazer com que haja a integração: Mineração, metalurgia. Fazer com que haja agregação do produto nosso, aqui na nossa terra. Valoração do produto, valoração do mineral. Então, isso tudo eu deixo, aproveitando essa oportunidade, presidente Yuri de poder nesse contexto, que eu sei que é um contexto hoje de harmonia, de voltar a realidade, do nosso diálogo construtivo. Então, fico aqui muito feliz de estar com vocês. Muito obrigado”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Orsini. Nós

agradecemos a continuidade do senhor aqui conosco pela sabedoria e experiência que o senhor tem. Só esclarecer para os senhores conselheiros que, na realidade, para este ponto de pauta, segundo o regimento, nós temos 30 minutos. Divididos entre conselheiros e não conselheiros, mas em virtude da reunião passada, considerando que muitos aqui queriam se manifestar, mas dado ao tempo, que foi aquela reunião, eu estou dando um tempo maior aqui neste ponto de pauta, até mesmo porque nós temos uma pauta mais leve hoje. Nós temos a tranquilidade para podermos debater neste item 3".

Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): "Eu tinha Combinado comigo mesmo de não me manifestar, mas é difícil num não manifestar. Então, acabei rompendo com esse combinado. Primeiro, queria dizer que eu me sinto, uma criança, antes de virar adolescente no meio de gigantes assim, de pessoas muito bem qualificadas nesse conselho. E eu aprendo muito só por estar aqui. Eu estou representando a ANM e nesse dia queria me mostrar solidário com todos os conselheiros, porque de fato a exposição de todos foi desproporcional ao que eles representam, dentro dos currículos individuais, de cada um. Eu sou solidário a eles, principalmente pelo que a Verônica, falou. Mas também não deixa de caber elogios a todos vocês individualmente. Dr. Carlos Orsini, Paganini, Verônica, Maria Eugênia, todo mundo que está aqui. Valter Vilela, que eu já conheço há muitos anos, talvez ele não se lembre. Mas, eu queria trazer uma questão muito importante para a gente entender, que a minera para nós, para todo mundo. Para essas pessoas que se manifestaram, isso vai acontecer sempre e eles têm o direito de participar, mas não da forma como foi orquestrada, não é o objetivo da coisa. E foi falado muito bem que ainda falta muito, tem muito aprendizado para acontecer. Isso foi uma coisa dolorosa para todos, mas é um momento também de reflexão. Assim como nós, a população tem que fazer essa reflexão. Para entendermos: se a gente quer minerar? Como é que a gente vai minerar? Como que essa coisa tem que se dar? E existe sim, é necessário sentar numa mesa, reunir todos os interessados e a gente julgar, vou insistir naquela expressão 'jogo de cartas'. Na qual não tem que ter um vencedor. Tem que ter um empate, ninguém tem que sair ganhando. Então, todo mundo tem que ter um ganha de todos os lados, para a sociedade como um todo. E, infelizmente caminhou por um processo que acabou atingindo as pessoas com as quais eu aprendi a valorizar, e isso não foi bom. E eu gostaria de dizer que fica no ar, assim, há a necessidade de se fazer mais no setor de mineração, para trazer mais a comunidade para dentro do debate, para que ela possa entender o que é a mineração de fato. E esse é um papel que precisa ser muito mais esclarecido dentro desse processo, e a mineração precisa perceber que também precisa abrir mão de algumas coisas. E a gente construir uma sociedade mais justa e mais igualitária em todos os processos. E trazer a mineração e os recursos para dentro de nós mesmos, dentro do nosso bem-estar. Eu deixo aqui a minha solidariedade a todos vocês, ao Claudinei, meu amigo. E também gostaria de parabenizar o Tobias, porque a gente vai percebendo a postura de vocês, assim, essa volta, essa reconsideração é muito importante. Porque leva a gente a ter uma reflexão sincera das coisas e que nada é definitivo, nem é para sempre. A gente pode reconsiderar, no calor das emoções a gente toma algumas atitudes que são necessárias naquele momento, mas que podem ser revistas. E o papel da Promotuca tem me surpreendido, no viés de abrir o debate. Assim como uma pessoa que eu admiro muito, o Júlio Grilo, quando ele fala, eu respeito muito o posicionamento e o respeito, com que ele trata todos nós. Bom, eu deixo aqui a minha solidariedade a todos vocês. Eu fui igualmente atingido, todos nós fomos atingidos por esse processo, como um todo. Mas é, como se foi dito aqui, um grande aprendizado. Obrigado pela oportunidade de poder falar, um abraço a todos".

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu agradeço a manifestação do Luiz Henrique. Eu fico citando aqui os pensadores e mais uma citação, esta do Pascal: 'Eu não me envergonho de mudar de opinião, porque não me envergonho de pensar', então, penso que é assim que a gente deve viver".

Conselheira Joana Moraes Rebelo Horta Lopes (Sedese): "Bom dia a todos e a todas. Então, como representante da Sedese, queria dizer, primeiro que eu estou muito contemplada com a fala da Verônica e com a fala da Maria Eugênia. Eu queria dizer que eu acredito muito no poder de manifestação, de fala da sociedade civil, só agrega às nossas interpretações, às nossas análises. Ao contrário do que foi veiculado nas matérias de jornal de grande circulação, matérias virtuais, eu estou na Sedese desde 2013, eu não entrei na Sedese em 2019. Eu passei por uma experiência de 6 anos dentro de uma assessoria jurídica e fiz questão de ler o parecer, todas as 260 folhas do parecer técnico emitido pela Semad, principalmente quanto à questão da legalidade, é algo que eu tenho como princípio basilar, até mesmo por ser advogada, por atuar no ramo do direito. E o que eu queria dizer que apesar da manifestação da sociedade civil, ela é legítima, mas desde que feita de forma ética e de forma responsável. O que a gente não viu nesse caso aqui feito no chat e nas manifestações de redes sociais, que tem caráter de calúnia, tem caráter de difamação, que inclusive vale

destacar que esse mundo virtual não é uma terra sem lei. Existem pessoas por trás disso, que estão atuando ali, de forma institucional. Então eu queria falar também, inclusive, dessa questão da participação, que foi falado que não houve participação da sociedade civil. Eu participo de conselhos desde 2015, representando a Sedese, CEAS/MG, Comissão Intergestores bipartite, eu tenho uma experiência grande em participação de conselhos e acompanhar conselhos. E eu nunca havia visto, como eu vi nessa reunião, chamar 283 participantes da sociedade civil que foram inscritos e chamá-los novamente, sendo que a participação da Sociedade Civil iniciou à tarde e ela terminou às 3 horas da manhã, porque foram chamados todos os participantes 2 vezes. Então, particularmente, eu nunca vi essa forma de chamar essa participação de forma tão democrática, como aconteceu dentro dessa reunião do conselho, por ter experiências inclusive em outros conselhos e sempre é dada a fala sim, aos participantes, pois a manifestação é importantíssima, para nós, para a nossa análise. E é isso, eu só queria agregar essa fala às falas da Maria Eugênia e da Verônica, que eu senti bem contemplada e infelizmente, deixar aqui minha indignação da forma que tudo veio sendo conduzido em redes sociais, por parlamentares e como Verônica mesmo falou, nós estamos no Executivo, executar o que está dentro da Lei, dentro da legalidade. Até mesmo os recursos que foram interpostos, vários recursos, várias ações ao judiciário, que é competente para parar o processo caso ele tenha alguma ilegalidade e eles não foram deferidos. Então, a gente tem que atender aos princípios da legalidade, aos princípios da moralidade e isso tudo foi feito de forma muito correta, pelo menos falo por mim como conselheira e representante da Sedese. Obrigada”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu agradeço a manifestação da Joana. E se os senhores me permitem, 283 inscritos foram só no item da Tamisa. Só para os senhores terem uma ideia, no item 6.1 do empreendimento Prosper, nós gastamos 1 hora e 5 minutos, no item 7.1 do empreendimento Pedreira Valemix, 2 horas e 9 minutos, no item 8.1, 25 minutos, no item 9.1, 30 minutos. E no item da CSN, que tinha um retorno de vistas, nós gastamos 2 horas e 20 minutos, mas vamos, lá. Nos itens 6.1, 7.1, 8.1 e 9.1 da reunião passada, nós gastamos cerca de 4 horas. Não teve um questionamento dos senhores conselheiros, nenhum destaque. Quem se manifestou nesses itens, se manifestou em relação ao processo da Tamisa. Só teve um questionamento, em um dos processos salvo engano, foi do empreendimento Prosper que uma pessoa falou, depois de informar que não leu o parecer, disse: eu queria saber isso, somente uma vez. Ou seja, nesses itens, as mesmas pessoas falaram por 4 horas e falaram novamente no processo da Tamisa. Ou seja, nesses itens 7.1, 8.1, 9.1 e 6.1., como não houve destaque e não tinha ponto afeto, nós iríamos colocar em bloco. E qual era o tempo para estimado para a gente votar em bloco? Aproximadamente 10 minutos, e nós gastamos 4 horas. E então assim, falaram que a reunião foi para a calada da noite, sendo que o tempo todo eu alertei que se não houvesse atenção para o item de pauta, nós iríamos continuar a reunião até o entardecer. E como não foi respeitado e eu segui, aquilo que eu prometi no início, que eu iria ouvir todos e assim eu cumpri e ouvi todos. Lembrando que após, eu questionei aos senhores se nós estaríamos aptos a continuar com a reunião. Então, o tempo de reunião mesmo, do ponto de pauta que era da Tamisa, foram 12 horas. Longo tempo, mas tempo que nós já passamos aqui em outros momentos. Então, se os senhores colocarem aí, se fosse obedecido o que está no regimento, 4 horas que foi a parte da manhã e se a gente gastasse 15 minutos, que seria o tempo para colocar e julgar os processos em bloco, a gente teria julgado o processo da Tamisa tranquilamente, sem adentrar a madrugada”. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (ProMutuca): “Bom senhor Presidente, muito rapidamente findo esse assunto, só agradecer ao apoio dos demais conselheiros. Eu gostaria de trazer alguns informes aqui que, Paracatu em Minas Gerais, que é a minha cidade, eu sou Presidente de uma instituição que é a Movimento Verde, é uma ONG ambientalista que desenvolve ações na gestão de recursos hídricos, proteção dos animais e projetos sociais. Nós estamos inaugurando um novo espaço do projeto social nosso, no qual onde eu ensino jiu-jitsu para a comunidade carente, comunidade de uma escola pública municipal aqui, então, a nossa inauguração será no próximo sábado, às 11:00. Nós faremos um breve café da manhã e o meu professor virá nos prestigiar, fazendo uma grande aula com todo mundo. Breve, até meados do dia 15 de junho, estaremos também iniciando e inaugurando um novo centro de acolhimento dos animais aqui em Paracatu e na nossa terceira frente de atuação, que é no apoio à gestão de recursos hídricos, o Tonhão, que é o meu pai, ele é Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas do Paracatu, onde eu sou Coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança e nesta semana, fizemos uma expedição ao Rio Paracatu, que saiu às 2 horas da manhã da BR 040, no Rio Paracatu, aqui, próximo à Paracatu e foi até São Romão, onde hoje eles estão chegando a São Romão, foram fazendo paradas estratégicas ao longo do rio, né? Dá mais de 450 km de rio chegando na Foz do São Francisco, onde hoje eles voltam e eu acabei de receber o vídeo deles

chegando lá e gostaria de compartilhar com vocês. É um vídeo muito simples que o Tonhão gravou dentro do barco, depois gravou na beira do barranco, que eu acho que mostra a grandiosidade dos nossos rios, para onde a gente tem que lutar e para onde a gente tem que convergir para preservar. São 2 vídeos bem curtos, mas só para vocês terem um pouquinho da experiência do que é essa expedição, feita já há 10 anos. Então, eu vou pedir para que o pessoal me autorize a compartilhar, para que eu possa mostrar bem rapidamente. ****Áudio do 1º vídeo:** 'Estamos aqui agora na Foz do Paracatu com São Francisco, hoje, dia 27 de maio de 2022, às 9h50 min. É isso aí. Estamos chegando'. **Áudio do 2º vídeo:** 'Hoje, 27 de maio de 2022, às 10h, expedição ao Rio Paracatu, acabou de chegar no encontro do São Francisco com o rio Paracatu. Uma expedição muito bem-sucedida, muito tranquila, aqui o pessoal, do lado esquerdo a gente vê o rio Paracatu e em frente o rio São Francisco e aqui na margem direita do Paracatu, é onde o São Francisco encontra com o Paracatu'**. Então, meus amigos, esses breves vídeos, bem amador, do nosso companheiro Tonhão, a gente consegue ver a imensidão de água que nós temos, imensidão essa que muitas vezes é impactada ao ponto de aparecer bancos de areia nos rios e a gente não conseguir navegar. Esse ano nós conseguimos navegar em maio, porque choveu um pouco mais, mas nos anos anteriores, em maio e junho, nós já tínhamos bancos de areia e não conseguimos passar com os barcos. Barcos pequenos, mas mesmo assim tinha muita dificuldade. Então, era só para trazer esse informe mesmo, mostrar que a luta continua mesmo que com dificuldade até de navegar. Um abraço, obrigado". Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): "Nós estávamos justamente conversando sobre essa questão dos inscritos se manifestarem em pontos errados, pontos diversos. Então eu pergunto se não há como adotar um procedimento, por exemplo se o inscrito começou a falar da Tamisa em um processo que não é da Tamisa, o Presidente interrompe, alertando 'para se ater a falar do assunto em pauta. E se ele iniciar novamente fora do contexto, corta, muda ele e chama o próximo. Você pode ter que fazer isso com todos os inscritos, mas eu te garanto que vai cair bastante o tempo da reunião". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Conselheiro Paulo, eu fui inclusive cobrado quanto a isso, no momento da reunião. Alguns conselheiros me mandaram WhatsApp durante a reunião, dizendo: Yuri, você tem o Regimento Interno que te dá essa possibilidade. Sim, eu posso. O Presidente pode cercear a palavra quando a matéria discutida, debatida não for afeta àquele ponto de pauta. Eu posso fazer isso? Posso! Eu poderia ter feito isso, só que aí a discussão seria outra. Seria que eu impedi a pessoa de manifestar, que eu cerceei a palavra, que eu cerceei a manifestação". Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): "Eu entendo, mas permitindo a fala fora do contexto, criou-se outro prejuízo porque, estendendo a reunião, eles falaram que a reunião foi esvaziada". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Mas, a razão da reunião durar até tarde ficou muito clara e evidente. Eu até gostaria de ter o poder da onisciência, porque ele pode começar a falar do processo X e depois voltar para o ponto de pauta, como foi feito. Um inscrito fez isso, ele começou a falar de um processo X e no finalzinho ele falou, agora desse processo, eu quero saber isso. É um liame, uma coisa muito subjetiva que para a gente que preside uma reunião é muito complicado, no que tange a cercear a palavra. Eu preferi pecar por deixar a pessoa se manifestar, embora o que o senhor está propondo aqui me foi cobrado no momento da reunião. Poder eu posso? Posso! O Regimento me franquia essa possibilidade, mas eu preferi alertar, como alertei em vários pontos, alertei por diversas vezes e deixei a pessoa falar pelo menos 5 minutos, que o Regimento prevê até mesmo porque, em algum momento da fala do inscrito, ele pode alternar entre os pontos de pauta. Eu vou experimentar já que nós tivemos a oportunidade de tomar uma decisão de uma forma, mas podemos tomar outra decisão em uma próxima". Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): "Eu queria te falar o seguinte, você agindo dessa forma, você teria uma regra clara para seguir. Conforme o item tal do regimento, eu vou mutar a sua palavra pois você não está se referindo ao assunto em pauta, entendeu? Você já tomou tantas decisões com base no Regimento, que acho que seria mais uma. E você não tomando, no meu entendimento, o prejuízo foi maior. Claro, reconhecendo que o seu trabalho é muito bem executado. Eu tenho elogiado poucas pessoas porque eu me atrapalho para falar. Então, eu não costumo falar tudo que eu gostaria. E um dos assuntos que eu gostaria de destacar é o trabalho do pessoal da Semad, que realmente é muito, muito bem feito". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como eu disse, Conselheiro, existe essa possibilidade, eu poderia ter tomado essa decisão, no momento. Ponderando agora, talvez não tenha sido a mais acertada, a gente poderia ter realmente de cerceado a palavra, mas como disse, aquele momento foi o que eu entendi melhor. Entendi que deixar a pessoa se manifestar, alertando, até mesmo considerando que após o alerta, a pessoa pode alterar o ponto, conforme aconteceu na reunião. Mas, teho essa possibilidade. Na próxima reunião ou em um outro momento, dependendo da situação, a gente pode tomar uma atitude diferente". Conselheiro Paulo

Eugênio de Oliveira (Codemig): “Outra questão também, eu acho que nós poderíamos ter pedido vistas para os outros processos, entendeu? E também teve uma pessoa que sugeriu que quando a Anglo American entrar, coloca só ela na pauta, entendeu? A gente sabe que vai dar problema, em decorrência de ser complexo, então pode-se diminuir a pauta”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou esclarecer para os senhores, aqueles que nos acompanham pelo Youtube: como que é feita uma pauta? Na realidade, nem a Secretária, nem a Secretária Executiva do Copam e nem eu que aprovo a pauta da CMI, antes, de uns 10 ou 15 dias, nós não temos ideia de quantos processos virão na pauta, nós não temos essa noção. Então, cerca de uns 10 dias, 15 dias, a equipe do Núcleo dos Órgãos Colegiados, na pessoa da Vânia Sarmiento começa a disparar e-mails, porque nós temos um prazo regimental de disponibilizar os pareceres 10 dias antes. Então, a Vânia começa a cobrar de todas as Superintendências, todas! No e-mail enviado às Suprams e Suppri, vai o prazo regimental. Por exemplo no caso da CMI, na mensagem informa o dia limite para envio da pauta e pergunta: alguém tem parecer pronto para ser encaminhado? Então, antecipando uns 14 dias, a Vânia manda de novo e vai cobrando das Superintendências até o 12º dia que antecede a reunião, previamente agendada. E as Superintendências vão fechando os processos e encaminhando os pareceres. Por exemplo, a Supram Norte de Minas, responde ao e-mail: nós temos um processo para a CAP, CID e CMI. E todas as Suprams vão informando em quais as Câmaras têm pareceres prontos e a equipe da Vânia vai consolidando as pautas de acordo com os pareceres recebidos. Então, por respeito ao trabalho que é desenvolvido pelas Superintendências, e até mesmo pelo empreendedor, porque vamos supor, você tem um processo polêmico, talvez numa pauta X, mas tem um empreendedor que tem um empreendimento pequeno que também tem urgência e ele teve o processo analisado e o parecer fechado. Por que tenho que priorizar o processo X e não o Y? Todos têm o mesmo direito de ter o seu processo examinado e julgado na mesma pauta. É o princípio da eficiência, princípio da equidade e da isonomia. Então, nós carregamos às vezes uma pauta, hoje, por exemplo, nós não tivemos processo para essa pauta. Provavelmente na próxima reunião os senhores terão a pauta pesada, no sentido de ter vários processos. Mas isso não é porque a Secretária de Meio Ambiente deseja. Isso não é porque a Secretária Executiva, a Valéria, deseja isso. É uma demanda de análise por Superintendência. Então, a gente não tem de antemão, 15 ou 12 dias antes da reunião, como saber qual é a pauta porque muitas vezes, nem a própria Superintendência sabe, porque ela depende de informações de empreendedores, para estar fechando os pareceres. Pode estar dependendo de uma análise técnica ou jurídica para fechar um parecer. E pode acontecer do analista estar no último momento para fechar o parecer e verifica que o empreendedor não prestou informação satisfatória e o processo não vai para a pauta. Então, esse é o trâmite, esse é o andar do procedimento e como ele é pautado. É por isso que nós temos uma divergência nas pautas, as vezes uma pauta é muito cheia, outras como essa não há processo. Não é porque foi desejo da Secretária de Meio Ambiente, da Secretária Executiva do Copam, não! Não foi, não! É porque as Superintendências que são os órgãos encarregados da análise do processo, não analisaram ou não concluíram nenhum processo para levar para a pauta, naquele momento. Então, esse é o trâmite e não tem como a gente pesar. Eu sou até da seguinte opinião, quando tem processos mais polêmicos, que se faça uma reunião extraordinária. Mas, que não impeça aquele empreendedor que tenha um processo menos impactante de ter o seu processo julgado na mesma reunião. Porque do mesmo jeito que aquele processo que tem grande impacto, aquele outro empreendedor também tem pressa naquilo que lhe é de direito. Então, é por isso que a gente tem aí essas questões na pauta. Mas, que tudo sirva de lição. Pedido de vistas é prerrogativa dos conselheiros. Quem imaginaria, por exemplo, uma situação que ocorreu, que em 4 ou 5 processos que não houve destaque nenhum por parte dos conselheiros que poderíamos ter julgado em bloco, que demoraríamos 4 horas? Qual foi a vez que isso aconteceu aqui no conselho? Serviu de lição”. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima (SME): “Gostaria de mandar um abraço para o Tonhão, um grande amigo nosso e também pedir para me incluir na próxima missão, no rio Paracatu”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Quando eu for em Paracatu Tobias, vou levar o *kimono*. Senhores conselheiros, mais alguns destaques? Não havendo nós passamos para o próximo item da nossa pauta. Peço desculpas aos conselheiros pelo tempo em relação a esse item³, que são de 30 minutos, entre conselheiros e não conselheiros, mas, eu acho que foi profícua aqui as manifestações”. **4. Exame das Atas da 85ª RO de 25/03/2022 e da 86ª RO de 29/04/2022.** Aprovadas com onze votos favoráveis e uma abstenção, as Atas da 85ª reunião ordinária de 25 de março de 2022 e da 86ª reunião ordinária de 29 de abril de 2022 com alterações. Votos Favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Sindiextra, Fiemg, Relictos, Promutuca, SME e Abes. Abstenção ANM. Justificativa Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende “A minha abstenção se

justifica pelo fato de não ter participado das reuniões, 85ª RO de 25/03/2022 e 86ª RO de 29/04/2022.

Destaques relacionados à ata da 85ª RO de 25/03/2022: Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho

(Segov): “Primeiro eu gostaria de pedir desculpas pelo meu gatinho. Eu acho que ele fez muito barulho durante a minha fala e ficaram uns miadinhos no fundo, me desculpem. A primeira alteração, é na linha 1.224, para tirar ‘demandas’ e ‘nas’ e colocar um ponto final, depois do públicas. Na linha 1.235, trocar ‘opções’ por ‘rotas’. Colocar uma vírgula após acesso, e complementa na 1.236, com ‘não tendo tido demanda’ e substituir ‘o que me parece cumprir com os presentes legais’, por ‘o que me parece cumprir com as exigências legais’. Na 1.238, onde se lê ‘o mundo de hoje possui’, leia-se ‘no mundo de hoje possuem’. Na 1.241, onde se lê ‘inscritos espertos’, leia-se ‘inscritos expertos’. E esse ‘a’ não tem crase. Na 1.243, onde se lê ‘de forma técnica sem perder a cordialidade e’, leia-se ‘de forma técnica, sem perder a cordialidade,’. Na 1.246, onde se lê ‘coagulo”, leia-se ‘coaduno’. Na 1.257, o ‘a’, antes de finalidade, é ‘à’. Na 1.276, onde se lê ‘desviam do foco do que realmente importante’, leia-se ‘desviam do foco do que realmente importa’. Na 1.277, onde se lê ‘Então, pelo bem até mesmo da maior interessada aqui’, leia-se, ‘Então, pelo bem da maior interessada aqui’. É isso. Obrigada’.

Conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): “Na linha 830, onde se lê ‘Relictus’, leia-se ‘Relictos’. E essa forma de escrita se reproduz em vários pontos do texto, se possível corrija-los todos, para não precisar ficar repetindo toda hora. Na linha 971, onde se lê: ‘como todos sabemos as atividades produtivas foram executadas no território com a anuência dos seus ocupantes’, leia-se: ‘como todos nós sabemos as atividades produtivas só podem ser executadas no território com a anuência dos seus ocupantes’. Na linha 1.332, onde se lê: ‘Ninguém no meu parecer”, leia-se “no meu parecer’. Na linha 1.335, onde se lê: ‘Agora, que é necessária’, leia-se: ‘Agora, é necessária’. Na linha 1.336, onde se lê: ‘comunidade, é.’, leia-se: ‘comunidade’. Na linha 1.338, onde se lê: ‘impõem lá fazer’, leia-se: ‘impõem fazer’. Na linha 1.344, onde se lê: ‘eu só acho que nós devemos pensar no que dono da concessão’, leia-se: ‘eu acho que devemos pensar em quem é o dono da concessão’. Na linha 1.347, onde se lê: ‘que a sociedade seja ignorada’, leia-se: “que a sociedade não pode ser ignorada’. Na linha 1.467, onde se lê: ‘da sociedade civil até’, leia-se: ‘da sociedade civil representada’. Na linha 1.472, onde se lê: ‘motivos que o pessoal está ausente’, leia-se: ‘motivos para que o pessoal esteja ausente’. Na linha 3.913, onde se lê: ‘curso d’água, escorregamento de pilhas, lavagem em áreas não licenciadas’, leia-se: ‘curso d’água, escorregamento de pilhas, lavagem em áreas não licenciadas’. Na linha 3.916, onde se lê: ‘seja um encerramento específico’, leia-se: ‘seja um específico’.

Seria somente isso”. Conselheira Mariana Renan (Fiemg): Na linha 1.759, onde se lê: ‘parecer técnica’, leia-se: ‘parecer técnico’”.

Destaques relacionados à ata da 86ª RO de 29/04/2022: Conselheiro José Ângelo Paganini

“Na linha 3.616, onde se lê: ‘o dossiê do IEF’, leia-se ‘o dossiê do Iepha’. Na linha 3.623, onde se lê: ‘relevância até a TAQ 15’, leia-se: ‘relevância TAQ 15’. Na linha 3.634, onde se lê: ‘no EIA nem no DAIA’, leia-se: ‘no EIA nem no AIA’. Na linha 3.643, onde se lê: ‘cavidades na rede’, leia-se: ‘cavidades na região’. Na linha 3.655, onde se lê: ‘e fauna, a Fazenda’, leia-se: ‘a Fazenda’. E mais no final da mesma linha, onde se lê: ‘o projeto da mesa’, leia-se: ‘o projeto se localiza. Na linha 3.668, onde se lê: ‘e não se darão se o empreendimento’, leia-se: ‘e não se o empreendimento’. Na linha 3.690, onde se lê: ‘danos no entorno imediato do empreendimento, mas considerar que’, leia-se: ‘desvalorização dos imóveis no entorno imediato do empreendimento, considerar que’. Na linha 3.691, onde se lê: ‘considerar que dos bairros’, leia-se: ‘as comunidades dos bairros’ Na linha 3.703, onde se lê: ‘IEF’, leia-se: ‘Iepha’. Na linha 3.705, onde se lê: ‘IEF’, leia-se: ‘Iepha’. Na linha 3.708, onde se lê: ‘IEF’, leia-se: ‘Iepha’. Na linha 3.714, onde se lê: ‘Aumento do’, leia-se: ‘Anuência de’. Na linha 3.705, onde se lê: ‘áudio ruim’, leia-se: ‘unidades’. Na linha 3.719, onde se lê: ‘constituídos’, leia-se: ‘consultivos’. Na linha 3.721, onde se lê: ‘Verdes da cidade’, leia-se: ‘Biodiversidade’. Na linha 3.723, excluir a frase: ‘Atividade com diversas áreas protegidas’. Na linha 3.728, onde se lê: ‘do estabelecimento, uma coletividade compacta e’, leia-se: ‘estabelecendo uma conectividade com o parque florestal’. Na linha 3.733, onde se lê: ‘Feixe’, leia-se: ‘Fechos’. Na linha 11.273, onde se lê: ‘(trecho incompreensível)’, leia-se: ‘encaminhados de forma equivocada’.

Conselheiro Valter Vilela Cunha (Abes): Na linha 11.322, onde se lê: ‘baseado’, leia-se: ‘com base’.

Na linha 11.324, onde se lê: ‘23 de março’, leia-se: ‘23 de março de 2022’. Na linha 11.325, onde se lê: ‘19 de abril’, leia-se: ‘19 de abril de 2022’.

Na sequência o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão para o item **5. Aspectos de espeleologia no Licenciamento Ambiental. Apresentação: Semad.**

Fernando Baliani da Silva - Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental/Suram/Semad: “Bom dia, Presidente. Bom dia, Conselheiros e demais colegas o Sisema que nos acompanham pelo YouTube. Nós faremos aqui uma primeira apresentação de várias outras, em atendimento a uma solicitação da Secretaria Executiva do Copam no sentido de trazer e compartilhar com todos que participam da reunião,

informações em relação apenas que geralmente estão aí acessórios ao licenciamento ambiental de empreendimentos minerários no sentido de oportunizar o debate, o conhecimento, o compartilhamento de conhecimento de experiências, em especial da equipe técnica dos analistas que atuam no dia-a-dia dos processos de licenciamento ambiental. Então, eu passo a palavra ao senhor Presidente e já agradeço aqui de antemão essa oportunidade e também à Isabel por estar realizando essa apresentação. A Isabel é uma técnica que conhece muito do tema e vocês vão poder entender melhor assim que ela iniciar a fala. É uma oportunidade única e eu acredito que vai agregar muito para os Conselheiros e para todos aqueles que acompanham as reuniões da Câmara Técnica de Mineração. Presidente Yuri Trovão: “Agradeço em nome da CMI, a disponibilidade para realizar a apresentação e já antecipo meus agradecimentos a Isabel. Isabel Pires M. Ribeiro de Oliveira (DRRA/Supram CM): “Bom dia a todos. Vou compartilhar a tela com vocês. A pedido do Superintendente de Apoio à Regularização Ambiental, Fernando Baliani, vou fazer essa apresentação, que será a primeira de um ciclo de palestras que são do interesse dos Conselheiros dessa Câmara e da Sociedade como um todo, principalmente porque trata de temas bastante polêmicos, por vezes controversos e importantes do licenciamento ambiental, notadamente do ponto de vista dos empreendimentos minerários, por isso estamos realizando essa apresentação aqui na CMI. Eu sou geógrafa, tenho mestrado pela Universidade Federal de Lavras em espeleologia e atuo nessa área há algum tempo e trabalho como servidora da Supram Central Metropolitana, especialmente nos aspectos associados a espeleologia. Vou tentar fazer um alinhamento geral, quando a gente fala em caverna, gruta, lapa, toca, esses vários nomes que a gente encontra aí, esses regionalismos, vem sempre a cabeça de cada um, uma imagem diferente do que é caverna, mas quando a gente trata de regularização ambiental temos que nos ater a qual que é essa definição legal. E a definição legal aqui é que é um espaço subterrâneo acessível pelo homem. Então, temos um conceito, uma visão antropocêntrica. Então, o homem precisa conseguir adentrar esse espaço para ele ser considerado caverna, com ou sem abertura identificada. Conseguimos ver à direita no slide, um exemplo de uma caverna que foi encontrada a medida que a frente de lavra foi avançando no maciço, conformação por processos naturais, então essas galerias de sondagem ainda que muito antigas, elas não entram dentro da definição, independente das dimensões, podendo ser cavernas pequenas ou grandes, e também, independentemente do tipo de rocha encaixante, a gente tem cavidades desenvolvidas em minério de ferro, rochas carbonáticas, que são as mais clássicas, siliciclásticas e outras litologias e as cavidades detêm uma proteção legal, porque elas tem uma importância diferenciada dentro de outros aspectos do meio ambiente. Por que isso? Porque elas são ambientes únicos, muitos distintos daqueles ambientes que estão os ambientes externos, que estamos acostumados. E esses ambientes únicos, eles permitem a formação de um aspecto climático, de todo uma ambiência que faz com que haja conservação de alguns elementos, que faz com que haja a especialização de organismos. Então, temos a formação de espeleotemas de minerais raros que a gente encontra só dentro de cavernas, escritos só dentro de cavernas. A gente tem registro paleoclimático, conforme a imagem da estalagmite da toca da Boa Vista, onde cada linha dessa tem o registro que pode ser datado de uma fase climática. Então, conseguimos ter o registro paleoambiental muito interessante dentro das cavernas. A preservação de fósseis, ela ocorre dentro da caverna exatamente por essa característica que simula um soterramento e também a conservação de materiais arqueológicos, como exemplo, do fóssil de Luzia, que foi encontrado dentro de cavernas, e também, a exemplo essa imagem da Gruta do Ballet, internacionalmente conhecida de uma pintura rupestre, que é um rito de acasalamento e nascimento. A ocorrência também de espécies restritas ao ambiente subterrâneos, que são capazes apenas de viver naquele ambiente, então elas são inviáveis fora das cavernas é o que a gente chama de troglóbios, são espécies que ao longo da evolução, elas desenvolveram características específicas que as diferenciaram dos grupos que vivem em ambientes externos e assim elas são encontradas somente dentro das cavernas e somente são viáveis lá dentro. Há ainda, também, o uso turístico, esportivo, contemplativo dessas cavidades, temos fotos da visitação à Gruta da Lapinha, da Gruta do Janelão no Vale do Peruaçu, que é uma caverna maravilhosa, quem não teve a oportunidade de conhecer, eu recomendo fortemente, um dos lugares mais bonitos do mundo. E o uso por manifestações culturais e sociais, há registro de cavernas como a Gruta da Conchinha, que a comunidade Quilombola faz manifestações culturais, Guardas de Congados vão para dentro dessa Caverna de São Bento. Há registros de cavidades que tem dentro do seu ambiente interno, igrejas como em Ouro Preto, na Lapa de Antônio Pereira, a Gruta da Macumba, também, aqui na região do lado da Gruta da Lapinha. Então, essas manifestações religiosas ocorrendo dentro de cavidades. Então, a gente também tem essa questão socioambiental associada às cavidades, exatamente, por serem esses

ambientes únicos. E as cavernas são consideradas diante de toda essa singularidade, bens da união e são patrimônio ambiental de Minas Gerais pela Constituição do Estado, elas detêm proteção legal desde 1990, quando houve a publicação do Decreto Federal nº 9.956, de 2019. Desde 2004, existe a obrigatoriedade do licenciamento para todo empreendimento ou atividade com potencial de impacto às cavernas ou a sua área de influência e desde 2008 passou-se então, com a publicação da alteração do Decreto nº 9.956, de 2019 admitir impacto negativo irreversível em cavidades mediante licenciamento ambiental. Contudo, uma cavidade que ainda não houve a relevância definida ela tem como premissa ser de máximo grau de relevância até que estudos sejam elaborados e a definição seja então chancelada pelo órgão ambiental. Até dezembro de 2010, somente o Ibama tinha competência para legislar em matéria de espeleologia e desde dezembro de 2010, a competência foi repassada aos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento daquele empreendimento específico. Então, nós aqui no Estado quando vamos licenciar empreendimentos que são da competência da Semad, somos nós que trabalhamos a temática espeleologia. E desde então quando essa competência foi repassada à Semad, a gente viu que a Secretaria procurou se organizar para atender essa demanda e hoje temos muita tranquilidade em falar que a Semad está na vanguarda do licenciamento espeleológico e é uma referência do País sendo procurada por outros órgãos ambientais para dar treinamento e para tirar dúvidas. E a Semad, nesse sentido ela teve um programa amplo de contratação de técnicos especializados em espeleologia e dentro da Supram Central temos pelo menos três pessoas que trabalham exclusivamente com cavernas e que tem os seus mestrados, suas especializações, suas dedicações prévias no campo da espeleologia. Então, ouve todo um fomento à participação de analistas em eventos e estudos científicos, a formação de novos analistas e também, uma prática de apoio entre as Suprams e a Suppri para que os processos estejam corretamente analisados quando uma Supram ou outra, especificamente, tem uma demanda em espeleologia e não é uma Supram que tem recorrentemente essa demanda e, portanto, não tem um corpo técnico específico, existe essa prática de apoio. A publicação, também, de algumas normativas que foi feita pela Semad, exatamente para tentar organizar o licenciamento do Estado, em matéria de espeleologia. A própria Deliberação Normativa Copam passou a adotar como critério locacional o potencial espeleológico, publicou-se uma Instrução de Serviço específica sobre espeleologia nº 08, de 2017. Há um Decreto de danos que é o único do País que trata sobre danos ao patrimônio espeleológico, que é um Decreto Estadual, houve também a criação de um grupo interdisciplinar exatamente para tentar discutir, definir procedimentos e dirimir as dúvidas e orientar os processos. Então, toda essa tentativa, essa atuação da Semad, no sentido de se organizar para conseguir trabalhar a temática espeleologia, ela tem sido muito positiva no sentido de termos segurança, atualmente, em julgar processos que tratam de uma temática de tamanha responsabilidade e a atuação da Semad também passa pela destinação de compensações espeleológicas, a promoção de eventos para tentar trabalhar temas específicos da espeleologia, o apoio a pesquisa, incentiva publicações E chegando aqui na parte de regularização ambiental, sempre recebemos a pergunta: Mas qual que é o empreendimento que é obrigado a fazer espeleologia? É todo empreendimento potencialmente causador de impacto negativo sobre o patrimônio espeleológico. Assim, de forma a orientar, nós temos o critério locacional da Deliberação Normativa Copam nº 217 que é a localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade para a ocorrência de cavernas e tem um termo de referência específico para isso. E isso é uma primeira orientação, então onde que a gente olha? Dentro do IDE-Sisema, na camada restrição ambiental você tem disponível um mapa onde o empreendedor vai ver se o empreendimento, e o analista obviamente, se o empreendimento incide no critério locacional de cavidades, ou não. Para todos os que incidem é obrigatório apresentar o rito disponível na instrução de serviço que são os documentos necessários ao licenciamento, exceto para aqueles que entrarem em processo de dispensa. Então, a gente tem como exemplo, a APA Carste, um local de muito alto grau de potencialidade para ocorrência de cavernas e conseguimos ver ligando a camada, a ocorrência de cavidades associado ao potencial, que é uma área que, realmente assim, a quantidade de cavidades já registradas é gigantesco e processos de licenciamento dentro dessas áreas são extremamente sensíveis e realmente requer a dedicação de uma equipe exclusiva para espeleologia. Também é obrigatório, até espeleologia processos que não estão em áreas de alto e muito alto potencial, mas que também podem ser ocasionadores de impactos negativos ao patrimônio espeleológico. Então, não são só aqueles processos que incide o critério locacional. E coloquei aqui, como exemplo, essa área que no IDE/Sisema tem baixo potencial espeleológico porque o mapa do Cecav foi feito numa escala continental de 'um para dois milhões e meio'. Então, existem erros associados à ocorrência de cavernas, obviamente, que ele resolve muitos problemas, mas não todos,

então, em havendo potencial de gerar impactos ao patrimônio espeleológico deve-se proceder sim, com a análise de espeleologia. E também a renovação de licenças, aquelas que não houveram uma análise de espeleologia anteriormente, mas que também tem impactos previstos ao patrimônio espeleológico. Em Minas Gerais, como eu disse, há uma referência que é a Instrução de Serviço nº 08, de 2017, que define procedimentos de análise e tem um fluxograma no Anexo 1, exatamente igual ao fluxograma do licenciamento. Ela define algumas condicionantes necessárias à licença e trazem importantes termos de referência que devem ser usados nos estudos. Vou colocar aqui o passo-a-passo sobre como acontece os estudos e o processo de análise e julgamento para que fique claro. Uma primeira etapa que eu acho mais importante do processo de licenciamento é a etapa que é desenvolvida pela equipe de auditoria contratada que é a de prospecção espeleológica que se dá na ADA do empreendimento, no entorno dos 250 metros, podendo inclusive expandir caso haja uma motivação do órgão ambiental, pode-se expandir essa área que precisa ser feito os estudos. Mas essa etapa é essencial porque se não se faz uma boa prospecção espeleológica, não se encontra caverna e se não se encontra caverna, ela não é estudada, ela não é monitorada, ela não é compensada e possivelmente ela vai ser impactada sem sequer sabermos que aquela caverna existia. Então, nessa etapa é feito o encaminhamento, uma malha amostral que depende obviamente do potencial local. Então, em áreas como nessa imagem onde se encontra espaços, onde não tem afloramentos rochosos, a amostragem é mais passada e em contrapartida áreas com afloramentos rochosos, áreas com quebras de relevo, áreas de drenagem, elas precisam ser melhor verificadas e estamos falando muitas vezes de cavidades em que se tem a entrada disponível muito pequena, cavidades que você tem entradas muito restritas, mas que elas se desenvolvem lá dentro. Então, a amostragem precisa estar muito bem-feita para que possamos saber onde estão essas cavidades e depois estudá-las. Nesta etapa, são feitos também os mapas topográficos georreferenciados das cavidades com precisão 4C ou 5D. Então, na primeira etapa, descobrimos onde estão essas cavernas, a segunda etapa dos estudos é você saber quais são os impactos ambientais que haverá da atividade do empreendimento sobre o patrimônio espeleológico. Então, a gente tem alguns critérios estabelecidos pela Resolução Conama e precisamos saber a intensidade desses impactos, a sinergia, a temporalidade, a reversibilidade e isso impacta negativa ou positivamente, obviamente. E essa avaliação de impactos deve ser feito por cavidade ou grupo de cavidade porque não adianta eu fazer uma avaliação de impacto ampla, geral, sendo que cada cavidade tem sua especificidade e está localizada numa área diferente em relação a ADA do empreendimento. Eu posso ter uma caverna mais próxima ao empreendimento que não sofrerá impactos, por exemplo, de uma detonação porque ela está próxima da ADA associada a pilha, mas posso ter cavernas mais distantes que podem vir a sofrer impactos associados a vibração uma vez que está na proximidade da cava. Então, essas cavidades elas precisam ser devidamente estudadas do ponto de vista da avaliação de impacto ambiental e precisamos saber se o impacto são reversíveis ou irreversíveis. A legislação protege a cavidade como uma unidade, então essa avaliação de impacto precisa considerar a unidade da caverna, aonde ela está localizada e quais são as características daquela cavidade. A gente indica algumas bibliografias que já foram desenvolvidas, algumas delas exclusivas, direcionadas à questão de avaliação de impactos pra cavidades. Então, o que vai acontecer na etapa seguinte, depende necessariamente da avaliação de impacto, porque um empreendimento pode vir a ter apenas impactos, por exemplo, reversíveis nas cavidades e aí são necessárias somente a proposição de medidas, como por exemplo, instalar placa indicativa de proibição de acesso num caso, por exemplo, de um empreendimento que não vai ter impacto a cavidade ou a área de influência, mas que é um empreendimento que vai ter uma movimentação de pessoal muito grande e as pessoas tem curiosidade de conhecer as cavidades. Então, pode haver impacto associado à visita indevida, o que a gente pode mitigar com a implantação de placas de proibição de acessos com o desenvolvimento de programas de educação ambiental, pode haver necessidade de implementação de medidas de controle, por exemplo, aspersão de vias, mapeamento estrutural das cavidades ou necessidade de medidas de monitoramento para saber se as medidas anteriores estão sendo ou não eficazes para manter a integridade dessas cavernas. A depender também do que foi avaliado na avaliação de impacto, a gente vai saber se vai ser necessária a definição de áreas de influência das cavidades. A área de influência das cavidades, de forma preliminar a gente coloca que é um raio de entorno de 250 metros, à medida que são desenvolvidos estudos específicos e a análise do órgão ambiental, essa área de influência passa a ter uma outra formatação que não é na forma de raio e sim respeita o limite de bacia hidrográfica, o limite de área de vida de animais, e aí a gente depende obviamente de como a cavidade se insere dentro da paisagem. E essas cavidades que a área de entorno vai sofrer impactos, mas que elas não serão suprimidas elas

precisam que haja um estudo de áreas de influência. Assim como cavidades também que vão ser entregues como compensação que viraram cavidades testemunho. O grau de relevância também é muito importante a gente colocar aqui, porque nem sempre vai ser necessário fazer estudos de avaliação de grau de relevância das cavidades. O empreendimento que não tem potencial de gerar impactos irreversíveis às cavernas ele não tem necessidade de avançar para estudos de relevância. Então, quando a avaliação de impacto indica que vai haver a ocorrência de impactos irreversíveis ou supressão de cavernas se procede, então, com os estudos de relevância. Nesse momento, estamos em uma transição de um decreto para outro, muito recentemente em janeiro de 2022 foi revogado o Decreto nº 99.556, de 1990 que havia sido alterado pelo meu Decreto nº 6.640, de 2008 e foi substituído por um novo decreto. Contudo, todos os processos que já estão protocoladas e com estudo já protocolados e temos um grande passivo de processos ainda não avaliados, eles estão nesse Decreto antigo e a menos que o empreendedor opte por mudar para o decreto novo, seguiremos a avaliação conforme disposto no decreto antigo e na base metodológica da Instrução Normativa do MMA nº 02, de 2017. Contudo, temos que falar que existe esse novo Decreto Federal nº 10.935, de 2022 que é o Decreto que está válido, é um Decreto que revogou o anterior, mas que ainda estamos no limbo metodológico digamos assim, porque ainda não temos uma base metodológica definida para definição de relevância de cavidades, estamos aguardando um ato conjunto que é previsto neste novo Decreto do Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas Energia e Ministério de Infraestrutura, que deve definir uma nova instrução normativa que vai vir a ser a base metodológica para os novos Decretos. Então, é preciso falar que, não existe cavidade irrelevante, a cavidade tem relevância baixa, média, alta ou máxima, é importante colocar isso para que se entenda que toda cavidade precisa de ser estudada para depois ser classificada, ainda que seja uma cavidade muito pequena, com menos de 5 (cinco) metros por exemplo se é definida como cavidade, conforme aquele conceito legal que coloquei no início da apresentação, ela tem uma relevância e precisa ser estudada. As cavidades de baixo, médio e alto grau, podem sofrer impactos negativos irreversíveis mediante licenciamento ambiental, sendo que as de médio e alto grau de relevância, precisam de compensações espeleológica e a de baixo grau de relevância, não. As cavidades de máximo grau de relevância, até o momento, são vetadas qualquer tipo de impacto negativo/reversível, vou falar no próximo slide o “por quê” do “até o momento”. Como eu disse, estamos na transição entre esses dois Decretos, a principal mudança que foi feita no Decreto nº 10.935, de 2022 ao revogar o Decreto anterior, foi que, ele revogou inviabilidade das cavernas com máximo grau de relevância e ele também prevê a possibilidade de instalação e operação de empreendimentos dentro de área de influência de cavidade, independente da relevância, esses dois artigos foram considerados, por uma ação, uma arguição de descumprimento de preceito fundamental levado ao STF, o Ministro Ricardo Lewandowski acatou isso de forma cautelar, então há suspensão desses dois artigos de forma cautelar, e a decisão depende do plenário do STF, assim, ainda não sabemos a manifestação, se vai passar a ser possível realizar impactos em cavidades de máxima relevância ou não, ainda são “cenas dos próximos capítulos”. Então, vou me ater a falar aqui da compensação espeleológica associada as cavidades de médio grau de relevância e de alto grau de relevância, uma vez que as de baixo grau de relevância não tem necessidade de ter compensação devida e as de máximo grau, ainda estamos na expectativa de que haja uma manifestação do STF. Bom, a compensação então, para cavidades definidas como de médio grau de relevância, medidas e ações são necessárias, as cavidades de médio grau de relevância não precisam que o empreendedor proceda com a entrega de uma outra cavidade, pode acontecer isso? Pode, mas não é um requisito legal. O requisito legal é que seja patrocinado, incentivado, financiado medidas e ações que levem a proteção do patrimônio espeleológico. Isto posto, dentro desse conceito de necessidades de financiamento de medidas e ações para conservação de proteção do patrimônio espeleológico, a Semad buscou a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) e, provocou essa sociedade mediante ofício que fosse realizado um banco de projetos de compensação espeleológica, no qual busca ser como uma estante de projetos que toda a sociedade que trabalha com espeleologia, ou seja, grupos de espeleologia, instituições de pesquisa, pesquisadores independentes que eles possam levar ao conhecimento dos órgãos ambientais que tem a prerrogativa de definir essas compensações espeleológicas em coerência com o processo de licenciamento e em acordo com o empreendedor, para que o órgão ambiental possa conhecer outros projetos e assim podermos democratizar então o financiamento de projetos e outros que não somente aqueles que chegam até nós mediante apresentação de proposta do empreendedor. Dessa forma, foi muito bacana a forma como a Sociedade Brasileira de Espeleologia aceitou esse desafio, rapidamente – acho que menos de 12 meses – ela já lançou o banco de projetos, já existem 16 projetos

colocados dentro da plataforma que estão disponíveis para que os empreendedores conheçam e busquem destinara essas verbas de compensação à financiamento desses projetos. Então, são projetos de grupo de espeleologia, projetos de pesquisadores de Universidades, projetos de aquisição de material para ações de espeleorresgate, desse modo, vale a pena visitar o site, estou disponibilizando o link, já as cavernas de alto grau de relevância, não existem ações e medidas, existe a necessidade de um empreendedor compensar com outras cavernas. Assim, tive que separar a forma como o Decreto antigo coloca a compensação dessas cavidades de alto grau de relevância e o Decreto novo. O Decreto antigo é o que chamamos de modalidade 2 para 1, para cada 1 (uma) caverna suprimida você tem que oferecer 2 (duas) cavernas de alta similaridade e de mesma litologia ou envia outras formas de compensação dentro de uma instrução do ICMBio e, no Decreto novo, você pode ainda fazer essa forma da modalidade 2 para 1 ou 1 (uma) cavidade mais (1) uma cavidade definida pelo ICMBio ou 1 (uma) cavidade mais outras formas via ICMBio ou simplesmente outras formas via ICMBio. Então, o Decreto novo ampliou as formas de compensação quando há supressão de cavidade de alto grau de relevância, é importante colocar que todas as cavidades entregues como compensação espeleológica, entram como cavidade testemunho e passam a ter máxima relevância. Um outro passo que é importante colocar é que existe uma compensação ambiental necessária e que foi colocada tanto pelo Decreto nº 99.556 quanto mantida pelo novo Decreto nº 10.935, de 2022, que a compensação ambiental do SNUC, aquela compensação ambiental que já conhecemos do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, quando há impacto negativo e reversível ou uma supressão de uma cavidade dentro de um processo de licenciamento, é desejável que essa compensação colocada lá pelo artigo 36 do SNUC que ela se destine à criação e à implementação de unidades de conservação que tenha interesse espeleológico e, é importante colocar aqui que, isso independe da relevância da gravidade ou de quantas cavidades for suprimida, o que quero dizer com isso? Se um empreendimento tiver apenas uma e somente uma cavidade de baixo grau de relevância sendo impactada, é desejável que essa compensação ambiental do SNUC ocorra. Sendo assim, em um momento de passo a passo final é a análise por parte do órgão ambiental e a votação por parte do Copam ou no caso o deferimento/indeferimento pela Superintendência a depender da classe do empreendimento. Nessa etapa, é que os analistas passam a fazer uma análise técnica jurídica do órgão ambiental, incluindo etapas de vistoria, incluindo etapas de informação complementar, posteriormente a elaboração de um parecer único, no qual deve necessariamente ter amostra das cavidades, quais são as cavidades que estamos falando, com as coordenadas delas e, a depender do que a avaliação de impacto colocou, a definição da área de influência, a definição do grau de relevância, a compensação espeleológica, monitoramento e condicionantes da licença, após a elaboração desse parecer único, existe o momento de definição de deferimento ou indeferimento da licença pela Superintendência ou pelo Copam e posteriormente a esse deferimento, caso haja então a compensação espeleológica devida, procede-se com o Termo de Compromisso de Compensação Espeleológica que chamamos de TCCE. Dito isso, esse é o rito da regularização ambiental dentro de processo de licenciamento, desse modo, temos que citar uma outra questão, que é do dano e cavidades, por vezes ocorre de depararmos com danos ocorridos que não foram autorizados, é importante colocar aqui dando é diferente de impacto e impacto é algo que você prever, você solicita a autorização, você compensa se for devida a compensação e o dano não, o dano ocorre por algum motivo e para isso, temos auto de infração que deve ser lavrado e isso na esfera administrativa e na esfera cível, a aplicação do Decreto de danos ao patrimônio espeleológico, é um Decreto Estadual nº 47.041, de 2016 que está em revisão mas que segue valendo e define a cobrança de indenização e de compensação por danos não autorizados, ele tem dois anexos, o valor da indenização depende da caverna ter ou não relevância definida e o pagamento é feito mediante Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e isso independe de licenciamento, ele ocorre na esfera cível e não administrativo. Por fim, como o conselheiro Francisco colocou “aí”, gostaria de prestar uma homenagem, no começo de maio a espeleologia ficou de luto e ainda está, porque perdemos uma figura importantíssima, o Luís Beethoven Piló, quem teve o privilégio prazer de conhecê-lo pessoalmente, não teve como não se consternar com a notícia, o Piló era geógrafo, espeleólogo, pesquisador e consultor do carste desde a década de 80, um apaixonado pela vida, pelo carste, pelas cavernas e por tudo aquilo que se associa a espeleologia. Ele foi um precursor nos estudos de impacto ambiental dentro da espeleologia, a ele devemos e muito, tudo que conhecemos hoje de caverna de minério de ferro, ele foi um dos primeiros que lá na época de Capão Xavier se dedicou a conhecer, nunca parou de estudar, nunca parou de pesquisar, nunca parou de incentivar pessoas a conhecerem essas maravilhas do nosso carste, ele formou direta e indiretamente, incentivou uma legião de profissionais dentro da espeleologia brasileira,

todos os profissionais que trabalham com espeleologia no Estado de Minas Gerais hoje, de alguma forma foram incentivados e formados pelo Piló, os profissionais de dentro das Suprams, de dentro da Suppri, todos eles tiveram contato direto com Piló, na escrita de livro, ministrando cursos de espeleologia junto ao Cecav, ele foi um dos responsáveis por apoiar Walter Neves no projeto sobre a evolução humana no continente, um projeto tão importante, sem o apoio dele, Walter Neves não teria levado à frente todo o projeto e por fim, ele foi Conselheiro nesse Copam na década de 1990 ocupando a cadeira do Iepha-MG, no qual serviu durante alguns anos e era um ser humano fantástico, sempre atento as pessoas, atento ao carste, atento as questões ambientais e um artista, “esse aqui” é um auto retrato que ele mesmo fez e, aqui prestamos nossa homenagem, é um prazer falar do Piló, um prazer ter conhecido e ter sido formada por ele. Então, deixo aqui uma homenagem que é o mínimo que nós como Suprams, esse Conselho, nós como Semad podemos fazer para uma pessoa tão especial. Desculpa a emoção, gostaria de agradecer, deixo “aqui” meu contato e estou à disposição”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Isabel e parabênzo pela brilhante apresentação. Coloco agora à disposição dos Senhores para alguma dúvida. Orsini, o Senhor levantou a mão, pois não? “ Carlos Eduardo Orsini (SME): “Muito importante as declarações da Isabel, congratulo com a sua emoção. Porque eu também conhecia Piló, uma das figuras mais importantes desse cenário do carste mineiro e brasileiro e por que não dizer até internacional? Acho que é uma figura que tem que ser lembrada, tem que ser relevada, e a sua homenagem é muito justificável e parabênzo você, não só pela apresentação muito consistente, como também por isso que você agora apresenta com relação ao nosso querido Piló. Também gostaria de parabenizar o Fernando Baliani, meu amigo lá de Varginha, Fernando Baliani pela condução que você vem tendo junto ao pessoal, vejo que você está trazendo bons exemplos também, do nosso de sul de Minas para o centro de Minas. Então, a minha posição é essa e congratular com vocês e, principalmente, com essa homenagem que a Isabel fez com muita competência. Isabel, você é uma pessoa extremamente competente dessa área, aqui vai meus parabéns, e pedir que, se puder disponibilizar a sua apresentação para os conselheiros. Muito obrigado”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Dr. Orsini. A apresentação já está no site. Pois não, Francisco”. Francisco de Assis Lafetá Couto (Sindiextra): “Boa tarde novamente, Conselheiros. Parabéns Isabel pela apresentação, muito boa, muito didática, muito relevante para a mineração como um todo. Gostaria de informar aos Conselheiros que, um dos últimos trabalhos do Piló, foi como consultor da empresa onde eu trabalho, que foi realizar um livro sobre o carste de Doresópolis e Pains, esse livro já está sendo impresso, é uma condicionante de um processo nosso de suspensão de cavidade, junto com o Cecav que também prevê a construção de uma RPPN nessa área e, gostaria que assim que esse livro for lançado, vou enviar um convite para todos os conselheiros para participarem desse lançamento, que talvez vai ser o último trabalho do Piló. Obrigado”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós que agradecemos, Francisco. Ainda com o conselho. Sem manifestações, então Senhores Conselheiros, a Isabel até colocou para os senhores em relação ao trabalho feito, em relação as instruções de serviços, todos os senhores têm noção, já verificaram no processo, no site da Semad as instruções de serviço, a padronização, os senhores já têm essa familiaridade com o nosso site? Por favor Sabrina, coloca para a gente aí, só para deixar mais claro aqui, não só para os conselheiros, mas também para aqueles que nos acompanham, “esse” é o site da Semad, os senhores têm a padronização de procedimentos – pode clicar, por favor, Sabrina – os Senhores têm as orientações Sisema e instruções de serviço – cliquem em instrução de serviço – vai cair em todas as instruções de serviço que o Estado faz publicidade, todos esses ele está dando publicidade e uma delas – entra na nº 08, de 2017 – e lá tem a instrução de serviço feita pelo Estado, que dispõe sobre os procedimentos para instrução de processos de licenciamento ambiental e empreendimentos de efetiva e potencialmente capaz de causar impacto sobre cavidades naturais subterrâneas em suas áreas de influência. Foi um trabalho desenvolvido pelo grupo de cavidade que tem no Estado, do qual a Isabel faz parte. Era isso, obrigado Sabrina. Bom, senhores conselheiros, não tendo nenhum questionamento para Isabel – agradeço a Isabel, mais uma vez a disponibilidade e parabênzo pela apresentação. **5. Encerramento.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sendo assim senhores Conselheiros, nós vencemos a pauta de hoje, e não havendo outros assuntos a serem tratados, agradeço imensamente a presença de todos, desejo uma boa tarde e um bom final de semana, que Deus abençoe a todos. Declaro encerrada a sessão às 12h19. Muito obrigado pela participação”.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão

Presidente da Câmara de Atividades Minerárias



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 24/06/2022, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48616839** e o código CRC **443A271F**.

Referência: Processo nº 1370.01.0027440/2022-79

SEI nº 48616839